

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Fernanda Castilhos França de Vasconcellos

**OS IMPACTOS DA CRIAÇÃO DO MERCOSUL NO MERCADO DE ERVA-MATE
NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2012

Fernanda Castilhos França de Vasconcellos

**OS IMPACTOS DA CRIAÇÃO DO MERCOSUL NO MERCADO DE ERVA-MATE
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2012

Fernanda Castilhos França de Vasconcellos

**OS IMPACTOS DA CRIAÇÃO DO MERCOSUL NO MERCADO DE ERVA-MATE
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt

UFRGS

Prof. Dr. Pedro Silveira Bandeira

UFRGS

À minha dinda, Cora, que ao me contar histórias, não somente me ensinou a ler, mas me mostrou os encantos da leitura, da história e do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro aos meus pais, pelo carinho, pela dedicação, pela confiança e pela paciência durante estes anos, sempre colocando a minha educação e o meu crescimento pessoal como principal objetivo nas nossas vidas.

Agradeço à minha avó e à minha irmã pelo amor, pelo bom humor e pelas muitas risadas nos momentos mais difíceis.

Agradeço à minha prima, Juliana Dell Agnolo, pela ajuda e pelo material maravilhoso que me ajudou muito a desenvolver este trabalho.

A todos os meus professores, pela dedicação e pela paciência com as quais transmitem seus conhecimentos.

Ao meu orientador, Prof. Eduardo Filippi, pelas aulas fantásticas, que aumentaram meu amor pelo curso de economia, e pela paciência e pela calma para me orientar nesse último semestre.

Por fim, o meu mais sincero agradecimento a todos aqueles que lutam e trabalham para manter a UFRGS, uma instituição pública, com um ensino gratuito e de qualidade.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise das possíveis consequências causadas pela tentativa de integração regional, através da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, ao mercado de erva-mate no Rio Grande do Sul . Além da introdução teórica e metodológica, o trabalho é dividido em três partes: a primeira é uma revisão da literatura existente sobre a história da produção e do comércio nos quatro países-membros do bloco, em seguida uma revisão bibliográfica a respeito da criação do Mercosul, a tentativa inicial de integração econômica, os desdobramentos dessa tentativa e o panorama atual de cada um dos sócios; o terceiro tópico é uma análise quantitativa, através de comparações temporais simples, dos dados de produção, importação e exportação de erva-mate dos quatro países que compõe o bloco. Por fim, as considerações finais, contrapondo as hipóteses iniciais e os dados observados.

Palavras-chave: Erva-mate. Integração Regional. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the possible consequences caused by the attempt of regional integration through the creation of the Southern Common Market (Mercosur) in March 1991 with the signing of the Treaty of Asuncion, for the market of yerba mate in Rio Grande do Sul State. Besides the theoretical and methodological introduction, the work is divided into three parts: the first is a review of existing literature on the history of production and trade in the four member countries of the block; then a literature review about the creation of Mercosur , the initial attempt at economic integration, the ramifications of this attempt and the current situation of each partner; and the third topic is a quantitative analysis through simple comparisons over time, using production, import and export data of yerba mate in the four countries that make up the block. Finally, some conclusions, opposing the initial hypotheses and the observed data.

Keywords: Yerba Mate. Regional Integration. Rio Grande do Sul State.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de ocorrência da Erva-mate	15
Figura 2 - Cadeia Produtiva da Erva-Mate.....	17
Figura 3- Saldo Comercial IntraMercosul (US\$ FOB)	36
Figura 4 - Produção de erva-mate (folha verde) (ton).....	44
Figura 5 - Total de área plantada de erva-mate em 2008 (hectares).....	45
Figura 6 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)	48
Figura 7 - Quantidade de erva-mate produzida na extração vegetal (ton).....	49
Figura 8 - Importações de erva-mate no Uruguai em 2010 (US\$ FOB)	50
Figura 9 - Importações de erva-mate no Paraguai em 2011 (US\$ FOB)	51
Figura 10 - Importações brasileiras de erva-mate em 2011 (US\$ FOB).....	51
Figura 11 - Variação das importações de erva-mate para o RS (US\$ FOB).....	53
Figura 12 - Divisão das exportações de erva-mate no Mercosul por item do NCM (média de 2007 - 2009) (%)	53
Figura 13 - Exportações de erva-mate do Mercosul 2007 - 2009 (US\$ mil)	54
Figura 14 - Origem das exportações de erva-mate (%).....	54
Figura 15 - Destinos extrazona das exportações de erva-mate da Argentina (%).....	55
Figura 16 - Destino extrazona das exportações de erva-mate do Brasil (%).....	56
Figura 17 - Destino extrazona das exportações de erva-mate do Paraguai (%)	56
Figura 18 - Exportações x Importações de erva-mate no Rio Grande do Sul (US\$ FOB).....	58
Figura 19 - Produção de erva-mate cancheada (ton)	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade produzida de erva-mate (toneladas)	24
Tabela 2 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)	25
Tabela 3 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)	26
Tabela 4 - Quantidade de erva-mate produzida na extração vegetal (ton)	27
Tabela 5- Quantidade produzida de erva-mate (ton)	27
Tabela 6 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)	28
Tabela 7 - Crescimento do PIB (% anual)	34
Tabela 8 - Crescimento do PIB (% anual)	35
Tabela 9- Total de área plantada de erva-mate (hectares)	45
Tabela 10 - Quantidade produzida de erva-mate por departamento (ton)	47
Tabela 11 - Importações (US\$ FOB)	50
Tabela 12 - Importações brasileiras de erva-mate (US\$ FOB)	52
Tabela 13- Exportações de erva-mate do RS para o Mercosul	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos e hipóteses.....	11
1.2 Justificativa e importância do estudo.....	12
1.3 Metodologia	13
2 A HISTÓRIA ECONÔMICA DA ERVA-MATE	15
2.1 A Erva-Mate e o Comércio na Bacia do Prata.....	15
2.2 A formação econômica do Rio Grande do Sul	18
2.3 A Erva-Mate no Brasil.....	22
2.3.1 A erva-mate no Rio Grande do Sul	23
2.3.2 A erva-mate nos demais estados brasileiros	25
2.3.2.1 Paraná	25
2.3.2.2 Santa Catarina	27
2.3.2.3 Mato Grosso do Sul.....	28
3 O MERCOSUL	29
3.1 A criação de um bloco econômico no Cone Sul.....	29
3.1.1 Contexto histórico	30
3.1.2 A ideia inicial e seus desdobramentos	33
3.2 Setor Agrícola no Mercosul.....	36
3.3 A Argentina e seus impactos na economia gaúcha	39
3.3.1 Um breve histórico econômico da Argentina	40
3.3.2 As relações comerciais entre Argentina e Rio Grande do Sul	42
4 ANÁLISE DE DADOS DO MERCADO DE ERVA-MATE DE 1991 – 2010	44

4.1 A Produção	44
4.1.1 A Produção na Argentina.....	45
4.1.2 A Produção no Paraguai	47
4.1.3 A Produção no Brasil.....	47
4.2 Comércio Internacional.....	49
4.2.1 Importação	50
4.2.2 Exportação.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

A criação do Mercosul é tema de grandes discussões, principalmente no que tange os impactos causados às economias que participam do bloco. As conseqüências da criação do bloco na economia gaúcha, que possui características semelhantes às dos países vizinhos, fortemente agrícolas, serão alvo deste estudo.

Mais especificamente, o mercado de erva-mate e a concorrência com os países vizinhos, em especial com a Argentina, tem sido uma preocupação de longa data. As diferenças significativas entre a produção argentina e a produção brasileira modificaram a dinâmica dos mercados nacionais após a abertura comercial a partir do Tratado de Assunção.

Somada à mudança na dinâmica dos mercados internacionais, a transformação da agricultura gaúcha, principalmente a partir da década de 1970, com o crescimento da “agricultura empresarial” e do cultivo da soja no estado também teve impactos na produção gaúcha de erva-mate.

A questão a ser investigada neste trabalho é as mudanças e os impactos causados no mercado da erva-mate no Rio Grande do Sul após a assinatura do Tratado de Assunção. Ela será desenvolvida a partir da análise da variação de produções, de importações e de exportações da erva-mate a partir de 1991. Ainda, em segundo plano, uma comparação entre a produção brasileira e as produções paraguaia e argentina desde a criação do Mercosul.

1.1 Objetivos e hipóteses

O objetivo principal desta monografia é analisar os impactos da criação do Mercosul no mercado da erva-mate no Rio Grande do Sul. Além disso, os objetivos específicos são:

- a) analisar o desenvolvimento do comércio da erva-mate antes da criação do bloco;
- b) analisar a abertura comercial, a partir da criação do Mercosul, sua proposta inicial e seus desdobramentos;
- c) analisar os impactos da abertura econômica na produção da erva-mate;
- d) analisar os impactos da abertura econômica nas importações e nas exportações da erva-mate.

A hipótese inicial do trabalho é de que a entrada da erva-mate argentina, produzida em grande escala, no mercado brasileiro afetou o nível de preços e conseqüentemente da

produção. A transformação da agricultura gaúcha e o aumento mundial do consumo de soja também afetam a produção da erva-mate no estado.

1.2 Justificativa e importância do estudo

No campo prático temos que a erva-mate é um produto consumido nos quatro países membros do Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e produzido em todos, com exceção do Uruguai. A disputa por mercados e a escassez do produto no Brasil no decorrer do século passado aumentou as importações do produto argentino, mais barato, acarretando uma série de mudanças no nível de preços e de produção. A abertura de novos mercados consumidores para a erva-mate surge também como uma alternativa para o aumento de renda e de emprego no setor rural do Rio Grande do Sul.

No campo teórico, existem poucos estudos específicos sobre o mercado da erva-mate no Rio Grande do Sul e os possíveis impactos socioeconômicos da abertura econômica que a criação do bloco visa na produção regional. O debate sobre o mercado e sobre a produção de erva-mate recebe maior atenção em estudos acadêmicos em Santa Catarina e no Paraná, ainda que a produção e o consumo da planta sejam maiores no Rio Grande do Sul.

Uma reflexão quanto ao peso da criação do Mercosul para a economia brasileira, assim como uma comparação quanto aos impactos do bloco nos demais países sócios, se faz necessária para a execução deste trabalho. Os diferentes períodos e as crises nacionais impactaram as economias dos demais parceiros, e a integração regional originalmente pensada foi modificada por acontecimentos externos e internos ao Mercosul.

Ações unilaterais, mudanças políticas, protecionismo e crises distorceram e modificaram a ideia inicial da integração. O Brasil, como a maior economia do bloco, tem voltado seus esforços para o próprio crescimento, enquanto, na teoria de integração regional, deveria estar empenhado em promover o crescimento dos seus parceiros, o que consequentemente promoveria seu próprio desenvolvimento.

As mudanças políticas e econômicas na Argentina no início da década passada ainda tiveram grande participação nas transformações da dinâmica do mercado da erva-mate, com a criação do Instituto Nacional de la Yerba Mate, que regula a oferta e os preços internos do produto, e grande parte dos trabalhos acadêmicos que tem o mercado da erva-mate como objeto de estudo são anteriores a esse fato.

1.3 Metodologia

O método de análise do tema proposto é composto em duas frentes: inicialmente será realizada a revisão bibliográfica dos principais autores que dissertam sobre os objetos de estudo, a erva-mate e o Mercosul, e posteriormente uma análise de dados quantitativos do mercado de erva-mate do período de 1991 à 2010.

A primeira frente é composta de uma revisão bibliográfica da história econômica da erva-mate, abrangendo o mercado regional anterior ao Tratado de Assunção, e o mercado nacional. Para isso faremos também um estudo da transformação da agricultura, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Em seguida faremos um estudo sobre a criação do bloco econômico, e uma revisão bibliográfica dos seus impactos no mercado regional, em especial no mercado de erva-mate. Neste ponto trataremos das semelhanças e da competitividade entre a economia argentina e a gaúcha.

A segunda frente do estudo é composta por uma análise quantitativa descritiva, no qual o método utilizado é uma análise dos dados de produção, de importação, de exportação. A base de dados é o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior – Mercosul (AliceWeb Mercosul) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as variáveis mencionadas. A área geográfica é a do Cone Sul, em especial o estado do Rio Grande do Sul, e o período analisado é a partir do Tratado de Assunção, de 1991 a 2010.

Por fim, este trabalho é composto por três partes principais, iniciando por uma breve história econômica e cultural da erva-mate no Rio Grande do Sul, através de uma revisão da bibliografia existente sobre o assunto, passando então para um estudo da criação do Mercosul e seus impactos nos mercados dos países do bloco econômico, também através de uma revisão da literatura existente sobre o tema, para então chegarmos a exposição dos dados citados acima, e por fim, realizar a análise dos resultados obtidos.

A primeira parte abrange o estudo do comércio da erva-mate na bacia do prata desde seus primeiros registros, anteriores à chegada dos imigrantes europeus, até a criação do Mercosul, com uma breve explicação sobre a transformação da produção da erva-mate na Argentina, no Brasil e no Paraguai. Partimos então para um estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul, observando a dinâmica de ocupação do território gaúcho e transformação da agricultura, com o surgimento do agronegócio. Um estudo da atual produção brasileira de erva-mate encerra esta primeira parte.

A segunda frente deste trabalho é composta por uma releitura da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), através de um breve estudo do contexto econômico e político da região anterior à formação do bloco, contrapondo a ideia inicial da criação do Mercosul com seus desdobramentos e conseqüentemente com alguns resultados. Seguimos com uma breve análise sobre o setor agrícola, suas limitações e as conseqüências econômicas e sociais da abertura comercial para esse segmento de mercado. Este capítulo é encerrado com observações a respeito dos impactos da integração do Rio Grande do Sul com a economia argentina.

O terceiro capítulo é uma análise quantitativa, feita através das bases de dados de produção, importações e exportações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior – Mercosul (AliceWeb Mercosul) e de publicação do Setor de Assessoria Técnica da Secretaria do Mercosul sobre a cadeia produtiva da erva-mate.

A hipótese de que a abertura comercial teria tido impactos negativos sobre a produção gaúcha de erva-mate não pode ser confirmada através da análise, limitada, deste trabalho. Ao contrário, as exportações do produto industrializado aparentemente aumentaram. A observação das mudanças ocorridas nas economias que compõe o Mercosul nos ajuda a entender como o bloco influencia o mercado da erva-mate, e este estudo conclui que medidas tomadas unilateralmente pelos países-membros influenciaram também a dinâmica deste mercado.

2 A HISTÓRIA ECONÔMICA DA ERVA-MATE

A erva-mate é uma planta exclusivamente sul-americana, com ocorrência principalmente na Bacia do Prata, típica dos países vinculados ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), que pertence à família das aquifoliáceas, cujo nome científico é *Ilex paraguayensis Saint Hilaire*. É consumida pelos quatro países membros do bloco, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e, além de ter grande importância cultural, possui também uma relevância nas transações econômicas entre esses países (MERCOSUR, 2010).

Figura 1 - Mapa de ocorrência da Erva-mate



Fonte: Mercosur (2010)

2.1 A Erva-Mate e o Comércio na Bacia do Prata

Queiroz (2009) afirma que os habitantes da região, principalmente os Guaranis, tinham o hábito de consumir a erva-mate em uma bebida, como complemento alimentar. Este costume foi adotado pelos colonizadores europeus e seus descendentes, e desta forma formou-se, na América do Sul, um amplo mercado consumidor da planta.

Os primeiros registros do comércio da erva-mate são anteriores a chegada dos imigrantes europeus ao continente sul-americano. Indígenas da Bolívia, do Chile e do Peru adquiriam a planta através da troca com os indígenas da região da Bacia do Prata.

Em 1610, quando os jesuítas se fixaram no Paraguai, o consumo da erva-mate foi reprimido, e houve a tentativa frustrada de proibir o seu uso, mas como o seu consumo já fazia parte dos hábitos dos indígenas e de alguns colonizadores europeus não foi possível controlar o seu uso. Tendo isto em vista, os jesuítas perceberam a importância nutritiva, mas principalmente a sua relevância comercial para a região (JABOINSKY, 2003).

Segundo Linhares, 1969¹ *apud* Balcewicz (2000, p.5):

[...] desde os primórdios da ocupação espanhola no Paraguai, (com Dom Saavedra, governante no período de 1592 a 1594) a erva-mate era utilizada pelos indígenas. Os primeiros jesuítas estabelecidos no Paraguai (posteriormente nas Missões), fundaram várias feitorias, nas quais o uso das folhas de erva-mate era difundido entre os índios guaranis, habitantes da região. ... Outras tribos não localizadas em regiões de ocorrência natural da erva-mate onde hoje localizam-se o Peru, Chile e Bolívia, também possuíam o hábito de consumi-la, obtendo-a através de permuta. Estas tribos transportavam o produto por milhares de quilômetros.

A partir de 1645, os jesuítas da Companhia de Jesus do Paraguai foram autorizados a cultivar e a comercializar a espécie, iniciando a comercialização da erva-mate na Europa. Em 1676 tem início o comércio em grande escala, impulsionado por estudos e por pesquisas feitas pelos jesuítas. Esse comércio se dava principalmente por vias fluviais, como as dos rios Paraguai e Uruguai, mas também por terra, através de carroças ou de mulas. Em algumas regiões, a importância comercial da erva-mate era tanta, que esta era tinha valor de moeda corrente. Em 1767 os jesuítas foram expulsos das terras, e com sua saída, o cultivo e o comércio da erva-mate foram abandonados (JABOINSKI, 2003).

O comércio da erva-mate era uma das atividades de maior importância para a economia do Paraguai durante o século XVII e o início do século seguinte, mas o governo deste país implementou a proibição do produto, impulsionando a retomada do setor ervateiro no Brasil. Por causa do desabastecimento, comerciantes portenhos encontraram no Brasil, especialmente no estado do Paraná, a solução para a escassez da oferta (VEGRO, 1994).

No século XIX, a chegada de colonos imigrantes ao sul do Brasil, na região de Misiones, na Argentina, e no Paraguai, locais onde ainda havia plantas nativas, difundiu o antigo costume guarani, dando novamente impulso para a sua produção voltada para o comércio.

No que tange o comércio do produto brasileiro, a partir de 1819, depois de ser comercializada internamente, passou a ser exportada para o restante dos países do Prata. Pela rota do Rio Uruguai, a partir de Itaqui, era transportada uma grande quantidade de erva-mate

¹ LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

que descia das Missões para os demais países da bacia e para as províncias vizinhas. (FIGUEIREDO, 2011)

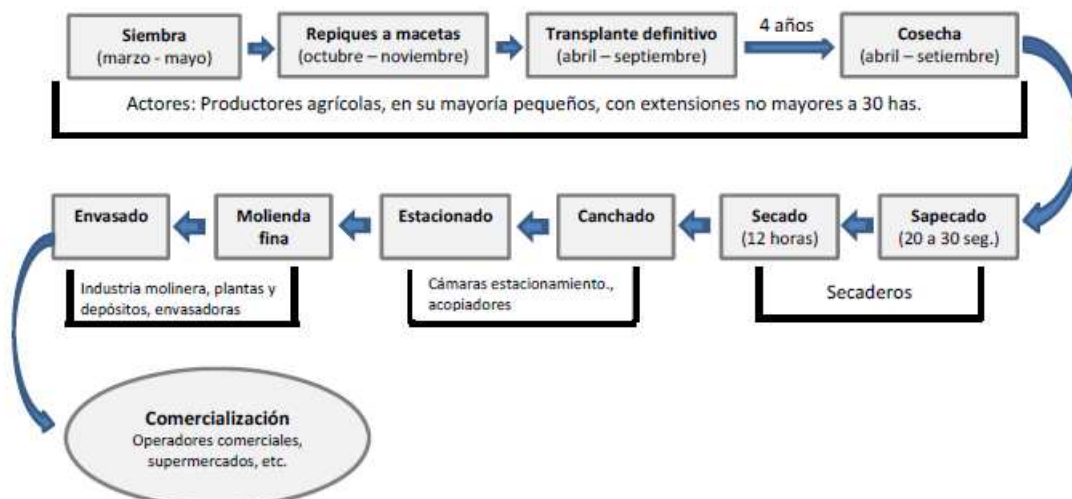
Após esta fase de retomada, a economia ervateira brasileira passa por fases de expansão e contração. A Guerra do Paraguai e a os bloqueios inglês e francês do porto de Buenos Aires causaram grandes perdas para o setor.

Foi no início do século XX que, em Misiones, na Argentina, se deu o primeiro plantio de importância econômica de erva-mate. Este país, que era um importador de erva-mate brasileira, passa então a ser auto-suficiente já na década de 1930, e na década de 1960 passa a ser exportador do produto, com grande impacto na produção brasileira. (COSTA, 1989² *apud* BALCEWICZ, 2000, p. 1).

Atualmente o maior produtor de erva-mate é a Argentina, que possui cerca de 64% da produção regional, em seguida o Brasil, com 31% e o Paraguai, com 5%. Na Argentina a produção está concentrada nas províncias de Misiones (86%) e Corrientes (14%). No Brasil a erva-mate é produzida pelos três estados da região sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e em menor quantidade pelo estado do Mato Grosso do Sul. No Paraguai os departamentos de Itapúa e Guairá possuem as produções mais significativas nos dias de hoje, porém o departamento de Canindeyú era de grande relevância até o ano de 2006. (MERCOSUR, 2010)

Quanto ao processo produtivo, esta está dividida conforme o quadro a seguir:

Figura 2 - Processo Produtivo da Erva-Mate



Fuente: En base a información de DIA e INYM

Fonte: Mercosur (2010)

² COSTA, S. G. **A Erva-Mate**. Curitiba: Scientia et Labor, 1989.

Na base da produção, na agricultura, estão, na maioria, pequenos produtores, enquanto o processo de industrialização do produto está mais concentrado, e a etapa de comercialização (grandes redes de supermercados e armazéns) se dá através de economias de escala, que maximizam sua margem de lucro, pressionando as margens do produtor primário (MERCOSUR, 2010).

Além dos quatro países serem consumidor de erva-mate, todos participam na etapa final do processo produtivo (empacotamento) e na produção de seus derivados, caracterizando um comércio da matéria-prima e do produto manufaturado.

En lo que refiere a los vínculos regionales, los cuatro países son consumidores de yerba mate, y tienen participación en la etapa final del proceso (envasado) y fabricación de productos derivados. En el caso de Uruguay, el país no es productor de hoja verde de yerba mate, pero es el mayor consumidor mundial per cápita del producto. En tal sentido, existe un comercio regional de materia prima y productos industrializados (MERCOSUR, 2010, p. 41).

Os nichos de mercado consumidor da erva-mate são dois: o mercado intra-bloco e o mercado externo. O mercado intra-bloco tem como base em uma identidade cultural e “nativa” em torno da sua produção e do seu consumo. Também, em função da sua concentração geográfica, é neste que se concentram os estudos e as pesquisas a seu respeito.

O mercado externo, ainda pouco explorado, e ainda assim somente pela Argentina e pelo Brasil, para onde se destinam a erva-mate industrializada e seus derivados, com maior valor agregado, caracteriza-se como um consumo naturista, de produtos orgânicos e naturais, que apresenta tendência de crescimento. Segundo Storti (2002), 95% do total produzido é consumido dentro do bloco.

2.2 A formação econômica do Rio Grande do Sul

O processo de ocupação das terras gaúchas teve início no século XVII, com a chegada dos jesuítas ao noroeste do estado, hoje conhecida como região das Missões. Esta porção do estado tornou-se um importante centro econômico tendo como suas principais atividades a produção de erva-mate, a extração do couro e a pecuária (ALVES; SILVEIRA, 2008).

No século XVIII, grandes lotes de terras, as sesmarias, de aproximadamente treze mil hectares, foram distribuídos pela coroa portuguesa com o intuito de defender o território, que fazia divisa com o Uruguai e com a Argentina. A metade sul, a partir de então, passa a ter uma estrutura fundiária de grandes propriedades de pecuária extensiva. A distribuição de

sesmarias era excludente, e provocava uma pobreza estrutural em função da restrição do acesso às terras à maioria da população.

Essa forma de ocupação se estendeu até meados do século XVIII, com a chegada dos açorianos, assentados em lotes de aproximadamente novecentos hectares (considerado pequeno para a época) na região sul e também próximas ao litoral. Esta nova ocupação visava diversificar a produção agrícola, e tinham como seu principal produto o trigo, com intenção de abastecer a Colônia.

Em meados do século XIX o governo brasileiro deu início à colonização com imigrantes europeus. Inicialmente os alemães, no Vale dos Sinos, em 1824, recebiam lotes de 77 hectares, reduzindo para 48 hectares em 1851 e para 25 hectares em 1889. A partir de 1875 os italianos vêm para o Rio Grande do Sul para ocupar a região do Planalto, no norte e nordeste do estado (ALVES; SILVEIRA, 2008).

A chegada dos imigrantes na porção norte do estado criava uma sociedade bastante distinta daquela na metade sul. A agricultura familiar, em pequenas propriedades, com diversificação da produção gerava uma distribuição de renda menos concentrada, e, após o período de assentamento, os colonos viram na venda do seu excedente uma importante fonte de renda. Esta forma de ocupação tornou a área mais dinâmica, resultando no crescimento urbano e no surgimento da indústria.

Desde o século XIX os produtores gaúchos reclamavam da concorrência do trigo estrangeiro, em seguida os proprietários das charqueadas também entraram no debate. Quanto ao charque, o embate se deu entre outros setores oligárquicos cujo interesse era a redução do preço do charque, que era destinado aos escravos, e os pecuaristas gaúchos, que reivindicavam maior protecionismo alfandegário ao produto. Com o fim do regime escravista, a pecuária e a produção de charque na zona sul do estado tiveram uma grande perda relativa na pauta de exportações.

O Rio Grande do Sul ficou conhecido como o “celeiro do Brasil”, em função da pecuária, desenvolvida para a exportação de charque e mulas para os centros urbanos da região Sudeste, o charque principalmente para São Paulo, para a alimentação dos escravos que trabalhavam nos cafezais, e as mulas para Minas Gerais, para tração das minas.

A chegada de trabalhadores imigrantes assalariados e o crescimento do setor cafeeiro incentivaram o crescimento do mercado para os produtos agropecuários coloniais do Rio Grande do Sul. Os trabalhadores assalariados dos cafezais paulistas e dos grandes centros urbanos, que se expandiam, foram responsáveis pela grande demanda dos produtos do estado. Neste ponto, é importante ressaltar que a relação entre os ofertantes (colonos gaúchos) e os

demandantes (trabalhadores) era fixada pelo setor cafeeiro, que tinha interesse em manter o baixo custo da mão-de-obra, e assim manter-se competitivo internacionalmente (SILVA, 2001).

Segundo Herrlein (2001), a economia gaúcha se diferenciava das demais economias regionais no Brasil, durante o período da Primeira República, por encontrar seus principais mercados no território nacional, atendendo às demandas por alimentos e matérias-primas. O autor também coloca o relativo isolamento, com a dificuldade de acesso e o alto custo com transporte, da região como um fator determinante para explicar o seu elevado grau de auto-suficiência. Esta realidade determinava a necessidade de prover-se de grande parte dos bens de consumo não-duráveis, como vestuários, alimentos e móveis, e também de instrumentos de trabalho e meios de transporte terrestre.

Para Herrlein (2001), no período da Primeira República, o Rio Grande do Sul, em função do seu isolamento geográfico, mas também porque as demais regiões brasileiras tinham suas economias baseadas nas lavouras de exportação, importava do exterior os bens que lhe faltavam, no entanto sua produção tinha como destino principal as demais regiões do país.

Segundo Silva (2001), o nascimento da agricultura empresarial gaúcha tem início na segunda década do século XX, com o surgimento da lavoura irrigada de arroz, com mão-de-obra assalariada e rica em capital. Em seguida, a mecanização da lavoura de trigo, na década de 1940 ampliou a expansão do modelo capitalista de agricultura. Esta expansão foi contida pela realidade territorial do Rio Grande do Sul, que já estava totalmente ocupado. A solução encontrada pelos empresários agrícolas foi dar um pagamento de uma renda fundiária em troca do uso da terra de outros proprietários.

Schneider (1995) constata que até meados do século XX a agricultura gaúcha encontrava-se estagnada, a fronteira agrícola totalmente ocupada e muitos agricultores migravam para fora do estado. As principais culturas como o arroz e o trigo perdiam competitividade frente ao mercado externo, e os preços não compensavam o aumento de produtividade.

A política e a economia brasileiras passam por importantes mudanças na segunda metade da década de 1960. Segundo (SILVA, 2001, p. 60) “[...] a participação do Estado constituiu-se em um importante elemento para o entendimento da política econômica desenvolvida para o setor agrícola durante o período em questão”. Crescimento da demanda mundial por proteaginosas e um estímulo às exportações agrícolas somados a uma tentativa de

umentar o mercado interno de bens de consumo duráveis, como as máquinas utilizadas no setor agrícola, tiveram papel importante na transformação da agricultura brasileira.

Para Neuberger (2001), as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela transformação tecnológica da agropecuária e o aumento do crédito rural para a agropecuária empresarial, através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Além do crédito, SILVA (2001, p. 61) afirma que: “[...] o Estado teve papel preponderante na expansão da infra-estrutura para escoar e armazenar a produção, além de introduzir a agilidade e ampliação dos serviços públicos ao setor agrícola, como os serviços de expansão agrícola e extensão rural”.

O surgimento das lavouras de soja, por volta de 1968, e seu rápido crescimento no Rio Grande do Sul foram conseqüências destas mudanças promovidas pelo Estado na agricultura. A participação da soja no valor bruto das produções agrícolas no estado passa de 8,8% em 1968 para 42,47% em 1973 (FEE).

Segundo Schneider (1995, p. 107)

O "fenômeno soja", como ficou conhecido, modificou a estrutura produtiva e social da agricultura do Rio Grande do Sul. Enquanto os sojicultores da região do Planalto Médio e, posteriormente, do noroeste do Estado tomaram-se o que Abramovay (1992, p. 117-129) chamou de "agricultores profissionais", os colonos da região do Vale do Sinos e da Encosta da Serra (ex-Colônia Velha alemã) foram levados ao assalariamento nas indústrias de calçados.

Neste período a agricultura gaúcha passa a interagir mais com os setores financeiro, industrial e comercial. Ocorre a expansão do mercado agrícola para as indústrias de máquinas e insumos e o ressurgimento do cooperativismo. Segundo Fritz (2008, p. 3):

O período entre 1965 e 1985 caracterizou-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e nas condições de repasse aos produtores rurais. Porém, nesse mesmo contexto, o setor que angariou os melhores benefícios foi o agroindustrial, com o qual o governo possuía uma afinidade, especialmente em relação a unidades de beneficiamento e processamento, como cooperativas e agroindústrias, beneficiando o setor com políticas eletivas, tais como políticas de comercialização.

Na década de 1980, o compromisso com a geração de saldos para o controle do déficit público brasileiro reduz o volume de crédito disponível, simultaneamente a necessidade da geração de superávits comerciais, cuja responsável seria a agricultura. Neste período os setores agroexportadores foram os beneficiados (FRITZ, 2008).

Entre 1950 e 1990 verifica-se, no Rio Grande do Sul, um aumento das produções de arroz, milho e soja, simultaneamente à redução da produção de culturas consideradas de subsistência, como feijão, mandioca e trigo. O crescimento da produção agrícola durante o período 1965 a 1975 deve-se principalmente às lavouras de soja, arroz e a bovinocultura

Na década de 1990 o cenário muda significativamente. A redução dos recursos aos produtores desloca a oferta de crédito da produção para a comercialização e para a aquisição de produtos. Em função da redução dos gastos públicos, o setor privado busca meios alternativos de financiamento, como Contratos a Termos e Futuros e a Troca de Insumos por Produtos (FRITZ, 2008).

Cabe destacar a importância das cooperativas no período, principalmente dos granjeiros e colonos associados, que fortaleceram a integração agroindustrial na região. Atualmente a diversidade entre os estabelecimentos agrícolas tem aumentado no Brasil. O crescimento de movimentos sociais, e a nova noção de “agricultura familiar” como uma nova categoria foram legitimados com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo governo federal, em 1996.

2.3 A Erva-Mate no Brasil

A produção da erva-mate o Brasil está concentrada principalmente nos estados da Região Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e em menor escala encontra-se no estado do Mato Grosso do Sul (MERCOSUR, 2010).

O setor ervateiro brasileiro compreende 450 municípios nos estados citados acima, e conta com mais de 750 indústrias, e tem na produção argentina sua maior concorrência (JABOINSKY, 2003). Sua produção é distinguida entre lavouras comerciais e extrativas.

No Brasil, ao contrário do caso da Argentina, é verificado um retrocesso na produção de folha verde de erva-mate a partir de 2002. Em 2001 a produção do país representava 46% do total produzido no mundo, em 2010 já detínhamos somente 31% da produção mundial.

Segundo os dados do IBGE, em torno de 80% das propriedades produtoras de erva-mate tem menos de 20 hectares, e mão-de-obra nestas propriedades é, em sua maioria, familiar.

As exportações brasileiras são divididas entre erva-mate cancheada e erva-mate beneficiada. A primeira é principalmente exportada para o Mercosul, com destaque para o Uruguai (95% das exportações de erva-mate cancheada), enquanto as exportações da erva-mate beneficiada são principalmente destinadas ao Chile, aos EUA e à Alemanha já que os demais países do bloco possuem um segmento agroindustrial de beneficiamento da planta, além de políticas protecionistas para este segmentos, e preferências regionais distintas para o consumo. (MERCOSUR, 2010).

Vegro (1994) destaca que as importações de erva-mate cancheada só começaram a ser relevantes a partir da assinatura do Tratado de Assunção, com a facilidade do acesso a erva-mate argentina, mais barata que a nacional, e que vem também para suprir a escassez do produto dentro do país. Ainda assim, as importações do produto beneficiado ainda tem desempenho bastante tímido.

No entanto, a abertura econômica seria a responsável pela mudança de cenário para os produtores brasileiros. A disputa pelos mercados existentes, somada a escassez do produto no Brasil aumenta a importação da erva-mate argentina, o que levou o setor industrial a anunciar que o preço pago pela erva-mate no Brasil seria igual ao preço do produto argentino (STORTI, 2002).

2.3.1 A erva-mate no Rio Grande do Sul

A erva-mate e o chimarrão fazem parte da cultura gaúcha, por este motivo o estado é o maior consumidor do produto no Brasil.

Na década de 1930, os imigrantes da região do Alto Uruguai já detinham os conhecimentos necessários para a lida com a planta, e nessa época começam a surgir dezenas de empresas familiares, principalmente nos municípios de Erechim e de Getúlio Vargas, dando início ao que ficou conhecido como o “Ciclo da Erva-Mate”.

A partir de 1960, com o grande consumo e com a exploração “predatória” dos ervais nativos do estado, somados ao aumento da exploração madeireira na região, percebeu-se a redução na oferta da planta nativa.

Com a falta de matéria-prima e a entrada da soja no estado na década de 1970, milhares de hectares de ervais foram arrancados, e hoje necessitamos importar erva-mate do Paraná, de Santa Catarina e ultimamente também da Argentina para abastecer as indústrias locais.

No Rio Grande do Sul a produção anual de erva-mate é quase toda consumida internamente (cerca de 95%), enquanto o restante é exportado para outros estados ou até mesmo para os demais países do Mercosul (neste caso, o principal importador do produto gaúcho é o Uruguai).

Outra característica importante quanto ao cultivo da erva-mate no estado é o fato de que a produção está concentrada em pequenas propriedades. No intervalo de ervais com área entre menos de um hectare a 20 hectares, temos mais de 50% dos produtores, se aumentarmos

o intervalo até propriedades de 50 hectares, este percentual chega perto dos 90% das propriedades (JABOINSKY, 2003).

A erva-mate é considerada pelos pequenos proprietários rurais uma “poupança verde”, pois sua produção é pouco atingida pelas secas e pelas enchentes, a colheita pode ser anual e sua produção convive com outras culturas agrícolas e florestais.

Antoni (1999, p. 55) defende uma política de incentivo ao plantio da matéria-prima, pois “mesmo apresentando nos últimos cinco anos uma postura estável, o mercado pode se aquecer em razão do hábito de beber chimarrão, cada vez mais forte entre os jovens, bem como da possibilidade de aumento do poder aquisitivo da população.”

Segundo dados de IBGE do censo de 2010, o Rio Grande do Sul é responsável pela produção de aproximadamente 61% de toda a erva-mate brasileira. Ainda assim, a importação de matéria-prima de outros para a indústria ervateira gaúcha é necessária (ANTONI, 1999).

Tabela 1 - Quantidade produzida de erva-mate (toneladas)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	522.019	645.965	513.526	501.702	403.281	429.730	434.483	438.474	434.727	443.126	425.641
Rio Grande do Sul	244.477	252.045	240.252	238.949	222.884	218.982	229.569	259.317	256.352	258.651	260.413
Participação	47%	39%	47%	48%	55%	51%	53%	59%	59%	58%	61%

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010)

Conforme vemos na tabela anterior a participação do estado na produção de erva-mate no Brasil aumentou na última década, porém a produção em toneladas da planta pouco se modificou. Em 2004 houve uma redução significativa na produção nacional, e a partir de então o país apresenta uma média de aproximadamente 434 mil toneladas por ano, e partir de 2007 vemos um pequeno aumento na produção de erva-mate do Rio Grande do Sul.

A importância do estado na produção de erva-mate pode ser explicada pelo consumo, mas também por causa da sua proximidade com o Uruguai, que é o maior importador da planta.

Dentro do estado, o município de Ilópolis é o maior produtor de erva-mate, seguida por pelos municípios de Arvorezinha e de Palmeira das Missões, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 2 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rio Grande do Sul	244.477	252.045	240.252	238.949	222.884	218.982	229.569	259.317	256.352	258.651	260.413
Anta Gorda	3.240	3.300	3.600	3.600	4.500	4.500	4.500	4.500	4.500	5.400	6.300
Arvorezinha	18.900	18.900	13.200	13.200	15.000	15.000	22.800	34.200	34.200	34.200	38.000
Barão de Cotegipe	2.700	2.700	2.880	4.800	4.800	4.800	4.800	9.000	9.000	5.400	6.685
Fontoura Xavier	23.400	21.600	14.688	18.496	18.900	18.900	11.760	11.760	11.760	11.760	13.230
Ilópolis	8.640	8.250	12.000	12.000	15.000	15.000	24.000	32.500	32.500	47.200	53.100
Itapuca	10.500	10.500	5.250	3.750	1.875	3.750	5.250	6.300	6.300	6.300	8.100
Palmeira das Missões	9.800	14.000	21.000	21.000	23.660	18.200	18.200	18.200	18.200	18.200	18.200
Venâncio Aires	20.790	20.790	20.790	20.790	9.900	9.900	10.000	11.000	13.750	14.125	14.125

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados do IBGE Produção Agrícola Municipal (2010)

Como podemos verificar, esses três principais municípios produtores correspondem a mais de 40% da produção total do estado, sendo que os dois maiores produtores aumentaram consideravelmente as suas quantidades produzidas a partir do ano de 2006. Este crescimento na produção da planta na região do Vale do Taquari pode ser percebido também pela exploração turismo na região, através de festas, feiras e até rota turística que tem como tema central a erva-mate.

2.3.2 A erva-mate nos demais estados brasileiros

A produção de erva-mate ocorre em toda a região sul, e, em menor escala, no sul do Mato Grosso do Sul. Para os estados do Paraná e de Santa Catarina o cultivo da planta é de relevância econômica e social.

2.3.2.1 Paraná

Fazendo divisa com Argentina e Paraguai, a produção paranaense de erva-mate teve com uma dos seus maiores incentivos a instabilidade política vivida nos países vizinhos, principalmente no Paraguai, durante o século XIX. E o início da industrialização do estado se dá justamente nos engenhos de beneficiamento da erva-mate extraída que surgiram neste período (BONDARIK; KOVALESKI; PILATTI, 2006).

Desde o século XIX a indústria do mate mobiliza uma quantidade expressiva de capital e de trabalho no estado. Segundo Balcewicz (2001), a erva-mate era o principal produto exportado para a Província de São Paulo na época, e deve-se a este ciclo a emancipação política do estado, em dezembro de 1853, por falta de conhecimento dos paulistas sobre a produção da erva-mate. Ainda de acordo com o autor, o mate foi o esteio econômico do estado do Paraná até a Segunda Guerra mundial, quando então teve início o ciclo das madeiras.

A retomada da produção ervateira se deu durante a década de 1980, com as crescentes demandas e preços do produto. O cultivo da planta então começa a ser alvo de preocupações e interesse por parte dos pesquisadores do estado, tendo em vista que era necessário então o monitoramento desta produção no país.

Em 1996 a pesquisa agrícola torna-se uma grande aliada à cadeia produtiva da erva-mate paranaense, através de publicações e seminários sobre o setor, promovidos principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER – PR) e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB).

Tabela 3 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	522.019	645.965	513.526	501.702	403.281	429.730	434.483	438.474	434.727	443.126	425.641
Paraná	206.188	339.139	221.779	201.694	133.449	164.752	165.076	136.266	132.556	135.000	123.132

Fonte: criação própria

Nota: dados coletados do IBGE Produção Agrícola Municipal (2010)

Atualmente o estado é o segundo maior produtor de erva-mate, porém é o estado com a maior quantidade de erva-mate produzida na extração vegetal, ultrapassando o estado de Santa Catarina em 1996 e hoje sendo responsável por aproximadamente 73% da produção extrativista. Levando esses números em conta, o estado ultrapassa o Rio Grande do Sul na produção total de erva-mate.

Tabela 4 - Quantidade de erva-mate produzida na extração vegetal (ton)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	174.481	182.177	229.701	220.189	246.837	238.869	233.360	225.957	219.773	218.102	227.462
Paraná	109.575	122.695	109.798	105.867	137.809	139.657	152.971	156.444	154.701	156.563	166.682
Santa Catarina	39.967	33.506	71.642	68.393	66.078	61.635	41.833	40.559	39.637	36.493	36.274
Rio Grande do Sul	23.234	24.001	44.974	43.646	42.350	37.173	38.127	28.603	25.156	24.764	24.231
Mato Grosso do Sul	1.706	1.975	3.288	2.283	600	404	429	352	279	282	275

Fonte: criação própria

Nota: dados coletados do IBGE Extração Vegetal e Silvicultura (2010)

2.3.2.2 Santa Catarina

Depois do início da exploração da erva-mate no Paraná, ainda parte da Província de São Paulo, a partir do segundo quartel do século XIX, sua presença começou a despertar algum interesse em Santa Catarina. (GOULARTI, 2012).

Segundo Linhares (1969) *apud* Balcewicz (2000), a exploração da erva-mate catarinense está sincronizada com a exploração paranaense não apenas fisicamente, mas economicamente, apesar de ter se desenvolvido um pouco mais tarde.

Para Goularti (2012) o complexo ervateiro mercantilizou o estado catarinense na segunda metade de século XIX, além de fixar os colonos na região, impulsionando o processo de acumulação. Essa acumulação, impulsionada pelas atividades produtivas e comerciais da erva-mate, deu início a uma pequena base industrial na região.

Tabela 5- Quantidade produzida de erva-mate (ton)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	522.019	645.965	513.526	501.702	403.281	429.730	434.483	438.474	434.727	443.126	425.641
Santa Catarina	63.203	48.834	45.600	52.474	37.577	37.629	35.292	37.909	41.890	46.254	38.602

Fonte: criação própria

Nota: dados coletados do IBGE Produção Agrícola Municipal (2010)

Até o ano de 1997, o estado de Santa Catarina era o segundo maior produtor de erva-mate, o aumento significativo da produção paranaense, somado ao retrocesso da produção

catarinense, fizeram com que o estado hoje seja o terceiro produtor. A produção de erva-mate plantada é um pouco maior que a produção de erva-mate extrativa, mas ainda assim, sua produção total é bem menor que a dos outros dois estados da região sul.

2.3.2.3 Mato Grosso do Sul

Com uma produção bem inferior às dos estados da região sul, o setor ervateiro do Mato Grosso do Sul se diferencia em outros aspectos também.

O potencial comercial da erva-mate na região foi percebido após o término da Guerra do Paraguai, mais precisamente em 1872, quando as fronteiras entre Brasil e Paraguai foram estabelecidas. A exploração dos ervais teve início com o gaúcho Tomás Laranjeira, que associou-se a uma tradicional família de políticos da região fundando a Companhia Matte Laranjeira, que detinha cerca de dois milhões de hectares de terras para o plantio de erva-mate, e que, através de contratos de arrendamento, impedia que pequenos agricultores e posseiros ocupassem as terras na região (CRUZ; RIBEIRO; URIAS, 2004).

Com a divisão do estado do Mato Grosso a Companhia perdeu sua aliança com o governo, seus incentivos fiscais e conseqüentemente seu interesse na região. Com a saída da ervateira, o estado do Mato Grosso do Sul não pode explorar o plantio dos ervais, e com o tempo perdeu sua capacidade de produção.

Tabela 6 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	522.019	645.965	513.526	501.702	403.281	429.730	434.483	438.474	434.727	443.126	425.641
Mato Grosso do Sul	8.151	5.947	5.895	8.585	9.371	8.367	4.546	4.982	3.929	3.221	3.494

Fonte: criação própria

Nota: dados coletados do IBGE Produção Agrícola Municipal (2010)

Nas últimas duas décadas o estado do Mato Grosso do Sul tem investido pouco, ou quase nada, na produção de erva-mate, e desde o ano de 2006 a quantidade produzida tem se contraído.

3 O MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul, Mercosul, composto por quatro economias do Cone Sul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – foi criado em março 1991, através do Tratado de Assunção, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico da região.

Baumann (2011) acredita que o bloco seja único em vários aspectos, a começar pelas diferentes dimensões dos seus países membros. Ainda, segundo o autor:

[...] nenhum outro esforço de integração no hemisfério ocidental experimentou aumento tão pronunciado de transações intrarregionais (comércio e investimento) como o Mercosul até 1998, do mesmo modo que nenhum outro exercício apresentou retração tão intensa nessas mesmas transações quanto o Mercosul entre 1998 e 2003 (BAUMANN, 2011 p. 8).

Segundo Souza, Oliveira e Gonçalves (2010), os países membros do Mercosul apresentam grandes diferenças estruturais, isto é, diferenças quanto à dimensão econômica, à dotação de recursos e acesso à infraestrutura regional, à qualidade institucional e ao nível de desenvolvimento dos países. O bloco ainda possui assimetrias políticas, que causam falta de convergência e coordenação das políticas adotadas individualmente. Somado a isso, a distribuição desses benefícios é sempre desigual e, geralmente, há regiões subnacionais ou setores produtivos que são prejudicados com a integração regional.

Como exemplo destas diferenças, Kume e Piani (2005) citam que os PIBs dos dois maiores países, Brasil e Argentina, respectivamente, são muito superiores aos do Uruguai e do Paraguai. Além disso, o Brasil tem a indústria mais importante e o Paraguai é o mais dependente da agricultura. Os níveis de renda per capita também apresentam grandes disparidades, sendo os mais elevados na Argentina e no Uruguai.

3.1 A criação de um bloco econômico no Cone Sul

O Mercosul parti de uma ideia de acordo bilateral, entre Argentina e Brasil, no ano de 1986, com o Programa de Integração e Cooperação Econômica. Em 1991, os dois vizinhos menores, Paraguai e Uruguai, aderem ao acordo através da assinatura do Tratado de Assunção, e então é criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Atualmente ele é composto pelos quatro países-membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela está aguardando a aprovação no Senado paraguaio para ser

considerado membro do bloco. Ainda, o bloco tem Bolívia, Chile, Equador e Peru como países associados, e México como país observador.

3.1.1 Contexto histórico

Desde a década de 1960 os países da América do Sul começaram a perceber a necessidade de uma maior integração regional e da constituição de um bloco regional que pudessem negociar com os países desenvolvidos.

Nessa mesma década, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, foi criada a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), cujo objetivo era constituir, em no máximo doze anos, uma zona de livre comércio. Este objetivo nunca foi cumprido, principalmente em função da rigidez dos prazos (que ignoravam os diferentes níveis de desenvolvimento entre os países) e da falta de compromisso político dos países que compunham o acordo.

Durante a década de 1970, principalmente após a primeira crise do petróleo (1973), os países da região passaram a repensar suas políticas protecionistas características do modelo de substituição de importações. A partir de então, diferentes acordos de cooperação passam a ser firmados, que seriam concretizados na década seguinte. Bons exemplos desses acordos são: o Estatuto do Rio Uruguai, firmado entre Argentina e Uruguai em 1975; o acordo entre Brasil e Paraguai para a construção da hidrelétrica de Itaipu, assinado em 1973; e o Protocolo de Expansão Comercial entre Brasil e Uruguai, em 1975.

Na década de 1980 foi assinado um novo Tratado de Montevidéu, com a intenção de renovar a integração da região. A Associação Latino Americana de Integração (Aladi), tinha como principal objetivo a criação de um Mercado Comum na América Latina, mas hoje é uma instituição de intermédio para o desenvolvimento de todas as instâncias de integração sub-regionais, como o próprio Mercosul.

Todos os esforços de integração a nível regional na América do Sul, até a década de oitenta, surtiam pouco efeito, pois as relações entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai eram, historicamente, marcadas pela desconfiança e pela hipótese de possíveis conflitos. As parcerias políticas e o intercâmbio comercial eram mínimos, e apesar do discurso oficial afirmar a necessidade de cooperação entre os vizinhos, as políticas econômicas de cada um dos quatro países eram voltadas para as economias de centro.

A década de 1990, marcada pelas diretrizes do Consenso de Washington, teve como uma de suas principais características econômicas, a abertura comercial. Segundo Dri (2008, p. 2):

En la década del `90 el proceso de integración adquirió un rol nítidamente economicista, enmarcado por las directrices del “Consenso de Washington”. Se estableció un acuerdo basado en el regionalismo abierto y mercado ampliado, o sea un “mercado común con libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre sus miembros”, donde prima la desregulación comercial por sobre todas las demás políticas, como instrumento para “facilitar la inserción competitiva” de los países del bloque en la economía mundial.

Dri (2008, p. 3) cita como outro grande incentivo para a criação de um bloco no Cone Sul, a necessidade de consolidar os recém recuperados regimes democráticos³, e deixar para trás as lembranças dos governos militares:

Durante la década de 1980, América Latina fue escenario de la puesta en práctica de iniciativas de cooperación que buscaban consolidar la democracia recientemente recuperada, estabilizar las economías que se encontraban fuertemente afectadas por la Crisis de la Deuda y materializar La integración en el sub-continente.

A autora coloca também entre os motivos à criação do Mercosul, o período de forte instabilidade econômica da região, causada pela interrupção abrupta dos investimentos estrangeiro, e conseqüentemente a Crise da Dívida; a aceleração da inflação; e o fim do modelo de substituições de importações nesses países.

A criação do Mercosul foi precedida pelo Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) assinado pelo Brasil e pela Argentina em julho de 1986, que visava uma integração econômica gradual, flexível e equilibrada.

Em 1988 foi assinado o Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento entre os dois países, que estabelecia, dentro do prazo de no máximo dez anos, a criação uma zona de livre comércio. No tratado estavam previstas para uma primeira etapa a harmonização das políticas aduaneiras, comercial, agrícola, industrial e de transportes e comunicação, a coordenação de políticas monetária, fiscal e cambial; e num segundo momento a harmonização gradual das demais políticas necessárias para a consolidação de um mercado comum.

³ A recuperação dos regimes democráticos se deu ao longo da década de 1980, sendo a Argentina o primeiro país, com a eleição de Raúl Ricardo Alfonsín, em 1983; seguida pelo Uruguai, com Júlio Maria Sanguinetti, em 1984; Brasil, com Tancredo Neves (que faleceu antes de assumir o cargo e foi substituído por José Sarney), em 1985; e Paraguai, com a eleição de Andrés Rodríguez, em 1989.

O processo de consolidação do acordo bilateral Brasil-Argentina foi interrompido, segundo Almeida (2011a), no ano de 1990, e por isso mecanismos e prazos anteriormente estipulados foram bastante modificados em relação ao protótipo original.

Almeida (2011a) coloca como principal razão para essa mudança a nova realidade política dos dois países. As eleições dos presidentes Carlos Saul Menem, na Argentina, e Fernando Collor de Mello, no Brasil, foram responsáveis pela introdução de novas políticas econômicas, ditas neoliberais, em seus respectivos países. O processo de integração bilateral que até então deveria ser flexível e gradual, passa a ter um ritmo e uma amplitude mais amplos e acelerados, dando espaço para problemas de competitividades e de sensibilidade para certos ramos e setores das economias dos dois países.

As transformações na política macroeconômica destes países também foram relevantes. Programas de estabilização para reduzir as taxas de inflação e reformas econômicas que visavam retomar a trajetória de crescimento interrompida na década de 1980, fizeram e ainda fazem parte da realidade dos membros do bloco (BAUSMANN; MUSSI, 2006).

Segundo Kume e Piani (2005, p. 371):

Em julho de 1990, a Ata de Buenos Aires reduziu o prazo para a eliminação das tarifas de importação entre os dois países para quatro anos e o objetivo passou a ser o mercado comum, que corresponde a um estágio superior à zona de livre-comércio, com a circulação sem restrições de bens, serviços e fatores produtivos, política comercial uniforme com tarifa externa comum, coordenação de políticas macroeconômicas e harmonização de políticas tributária, agrícola e industrial. No período de transição, de março de 1991 a dezembro de 1994, as tarifas aduaneiras entre os dois países seriam reduzidas de forma linear e automática a cada semestre (à exceção de uma lista reduzida de produtos).

Quando a Ata de Buenos Aires foi registrada na Aladi como Acordo de Complementação Econômica, os países vizinhos reagiram de imediato, em especial o Paraguai e o Uruguai, pois o comércio com Brasil e Argentina era, e ainda é nos dias de hoje, de enorme importância para suas relações econômicas regionais.

Em março de 1991, então, foi assinado o Tratado de Assunção, e o Paraguai e o Uruguai, países dependentes do comércio regional com a Argentina e com o Brasil, foram incorporados ao bloco.

O Mercosul entrou em vigor em 1995, com uma Tarifa Externa Comum (TEC), que deveria ter entrado em plena vigência em 2006, porém até os dias de hoje os países-membros descumprem o combinado, baseados em argumentos macroeconômicos. Segundo Kume e

Piani (2005), muitas vezes os países-membros anunciam alterações nas tarifa externa comum, para depois avisar e consultar os demais países do bloco a respeito.

3.1.2 A ideia inicial e seus desdobramentos

“O objetivo primordial do Mercosul é a integração das quatro economias, por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento da TEC, da adoção de uma política comercial comum e da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais.” (ALMEIDA, 2011b, p.115).

Para Baumann e Mussi (2006) a aproximação entre os quatro países tinha como objetivo a criação de um espaço comum, que buscava desenvolver complementaridades produtivas, mas com negociações de preferências comerciais cautelosas para os produtos afetados.

De acordo com Pochmann (2011) o Mercosul foi constituído por duas vertentes fundamentais, a de natureza política e a de natureza econômica. A primeira, derivada do processo de redemocratização, visava afastar da memória e da política a herança militar. A segunda buscava reproduzir o sentido de integração proposta pelos cepalinos da década de 1950, avançando com o processo de industrialização da região.

O autor afirma não ter dúvidas a respeito do sucesso da reestruturação política da região, e que o regime democrático encontra-se consolidado. Entretanto, o processo de integração econômica ainda se mostra polêmico e controverso nos dias de hoje.

Segundo Bausmann e Mussi (2006), se por um lado conclui-se que a criação do Mercosul promoveu a estabilidade democrática dos quatro países, por outro lado as turbulências políticas localizadas foram um empecilho para a convergência desejável para as políticas macroeconômicas.

Entre a assinatura do Tratado de Assunção e os dias de hoje, em ritmos e fases diferentes, todos os países do bloco passaram por processos inflacionários, no caso de Argentina e Brasil, por mais de uma crise hiperinflacionária. As economias do bloco passaram ainda por diferentes planos econômicos, bem ou mal sucedidos, com direito a congelamento de ativos e tabelamento de preços de diversos tipos; por manipulação cambial, e neste caso, os dois grandes tiveram mais de uma troca de moeda; todos enfrentaram crises de balanço de pagamentos, com eventuais insolvências nas dívidas externas (o caso do calote unilateral argentino é, ainda hoje, um dos maiores casos mundiais e desde então a economia argentina sofre com suas repercussões); os quatro países passaram pelo FMI e recorreram a

empréstimos externos; e todos vivenciaram a deterioração nos serviços públicos e a insuficiência de investimentos.

Para Baumann (2011) o cenário internacional e seus acontecimentos foi fator essencial para explicar as transformações ocorridas internamente no bloco e as consequências no processo de consolidação deste, conforme trecho abaixo:

O período desde a assinatura do Tratado de Assunção corresponde a uma aceleração do processo de abertura comercial e financeira, a momentos de internação de diversas crises no cenário internacional, a desequilíbrios nos preços relativos, a influxos extraordinários de investimento externo direto, à superposição entre as negociações sub-regionais e negociações ao nível multilateral, entre outros tantos determinantes. (BAUMANN, 2011, p. 8)

As relações comerciais entre os países-membros do bloco ganharam importância. Para o Paraguai e para o Uruguai a participação dos dois maiores membros nas suas economias, já bem relevante antes da criação do bloco, foi consolidada. O Brasil passou a ocupar a posição de principal parceiro comercial externo da Argentina, e no fim da década de 1990 já falavam em um “Brasil dependência” neste país. Apesar da maior diversificação de parceiros externos, a importância comercial do Mercosul também cresceu na balança comercial brasileira (principalmente a Argentina).

O bloco não ficou imune às crises financeiras da década de 1990, que começou pelo México, em 1994, passando pela Ásia em 1997. Em 1998-99 essas crises sucessivas atingiram o Brasil, e em 2001 e 2002 resultou na crise, quase terminal, argentina.

O crescimento do PIB dos quatro países durante as últimas duas décadas, desde a assinatura do Tratado de Assunção, demonstra que os dois menores países tem resultados ainda muito dependentes dos dois maiores. Isto demonstra que, se havia diferenças entre os sócios do bloco no momento inicial, estas disparidades foram ampliadas (BAUMANN; MUSSI, 2006).

Tabela 7 - Crescimento do PIB (% anual)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	-4,30	1,51	-0,47	4,67	5,33	4,42	2,15	3,38	0,04	0,25
Argentina	-2,40	12,67	11,94	5,91	5,84	-2,85	5,53	8,11	3,85	-3,39
Paraguai	3,09	2,47	3,42	3,91	3,73	5,45	0,40	2,99	0,58	-1,48
Uruguai	0,30	3,54	7,93	2,66	7,28	-1,45	5,58	8,55	4,52	-1,94

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados do Banco Mundial (2012)

Tabela 8 - Crescimento do PIB (% anual)

	Crescimento do PIB (% anual)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	4,31	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,16	-0,65	7,49
Argentina	-0,79	-4,41	-10,89	8,84	9,03	9,18	8,47	8,65	6,76	0,85	9,16
Paraguai	-3,35	2,06	-0,05	3,84	4,14	2,88	4,32	6,76	5,83	-3,85	15,05
Uruguai	-1,93	-3,84	-7,73	0,81	5,00	7,46	4,10	6,54	7,18	2,93	8,48

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados do Banco Mundial (2012)

Neste sentido, Pochmann (2011) afirma que:

[...] a rapidez com que avançou a integração econômica promovida pelo setor privado tornou insuficiente o conjunto de esforços voltados para a regulação pública do mercado comum. Em função disso, as assimetrias entre os países não se reduziram, pelo contrário. Atualmente, a economia brasileira é seis vezes maior que a argentina. Era três vezes maior no momento de surgimento do Mercosul.

Após a crise argentina em 2001 – 2002, os resultados macroeconômicos dos países-membros foram afetados pelo cenário internacional favorável, o que facilitou o ajuste de suas contas externas, assim como as taxas de inflação e a dívida pública também foram controladas (BAUMANN; MUSSI, 2006).

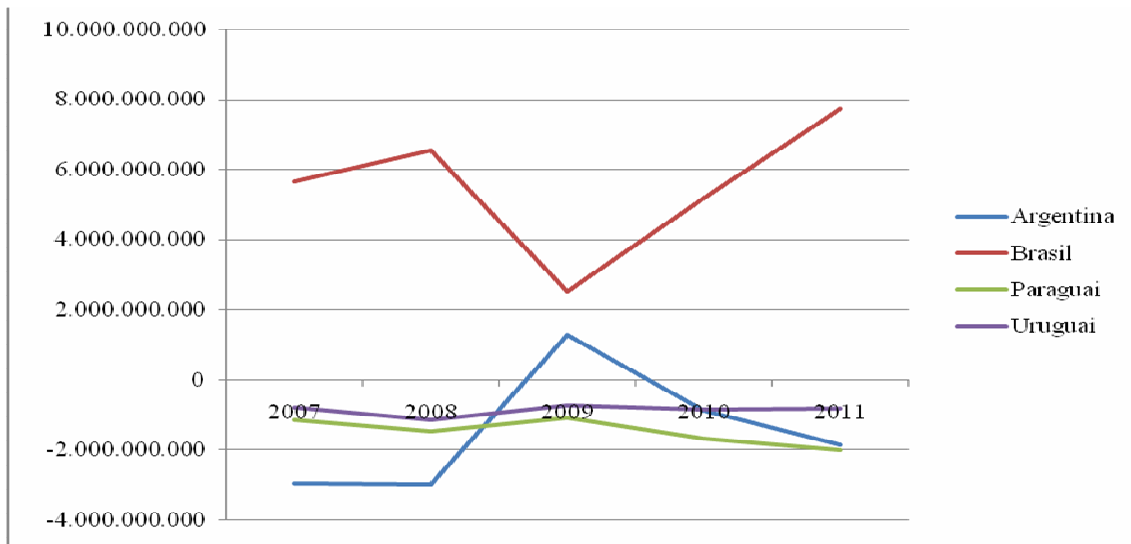
Pochmann (2011) destaca a importância da mudança da dinâmica econômica internacional e seus impactos no bloco. O declínio das trocas comerciais estadunidenses e a rápida ascensão chinesa no cenário econômico influenciaram o processo de integração da região, em especial o propósito de incentivo à industrialização. “O Mercosul passou a deter maior relevância num novo contexto mundial de multipolarização do desenvolvimento produtivo.” (POCHMANN, 2011).

O peso dos produtos primários na pauta de exportações dos países do bloco, tanto para China quanto para os Estados Unidos, aumentou na última década, principalmente por conta da valorização das commodities no mercado internacional. Ou seja, para Pochmann (2011), isto representa a tendência dos países latino-americanos para a produção e exportação de produtos primários em associação a uma dinâmica local subordinada à internacionalização dos seus parques produtivos.

Baumann e Mussi também destacam a redução da participação do setor manufatureiro nos quatro países do Mercosul, ainda que em graus de intensidade diferentes em cada um. Quanto a importância da tentativa de integração para as exportações de seus países-membros, o Mercosul é um dos blocos de países com coeficiente de abertura mais baixo. Os dois maiores sócios possuem graus de abertura bem mais reduzidos do que os outros dois parceiros. Somado a isso, conforme vemos no gráfico abaixo, o único país superavitário nas

transações comerciais intramercosul nos últimos anos foi o Brasil. Segundo Baumann e Mussi (2006), estes superávits recorrentes, sem que exista um mecanismo compensatório, é pouco compatível com o propósito de promover convergência produtiva.

Figura 3- Saldo Comercial IntraMercosul (US\$ FOB)



Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletado de AliceWeb (2012)

Baumann (2011) conclui que a participação do bloco no comércio total dos países-membros está aquém do proposto inicialmente, principalmente quando comparada em outras regiões do mundo. Ainda, desde o Tratado de Assunção, as taxas de crescimento do produto registradas foram modestas e bastante distintas, entre as quatro economias. Os ganhos em termos de relações de trocas favoreceram os dois maiores sócios e os diferentes potenciais econômicos resultam em desequilíbrios comerciais, que desestimulam os esforços de promoção da integração.

3.2 Setor Agrícola no Mercosul

A importância da agricultura para as economias do bloco é histórica. Nos países-membros, à exceção da Argentina, dois modos de produção agrícola coexistiam. A agricultura de *plantation*, caracterizada por grandes extensões de terra, latifúndios, cobertas por monocultura com alto grau de independência operacional, e a agricultura de subsistência, caracterizada por pequenos lotes de terra com diversas culturas. Este sistema sobreviveu até

1930, quando os países passaram por um processo de industrialização através da substituição de importações.

Entretanto, o setor agrícola é, até hoje, componente essencial para as economias do Mercosul, e registra crescimento em todos os países desde o início da década passada. A agricultura, além de relevante para o comércio exterior dos países do bloco, é importante fonte de empregos (direta e indiretamente).

Segundo Waquil (2001), a agricultura desempenha um papel fundamental nas negociações do Mercosul, tanto pela sua configuração atual, quanto pelo potencial de ampliação das suas fronteiras físicas e tecnológicas. Esta importância está relacionada a uma oferta muito variada de produtos, que aumentou sua participação no mercado internacional nos últimos anos.

No entanto, o setor agrícola está entre os mais sensíveis ao processo de integração, e os impactos da criação do Mercosul são diferenciados pela região geográfica e pela estrutura produtiva. Segundo Waquil (1997, p. 11):

Estes impactos não dependem apenas das políticas macroeconômicas e setoriais, mas também da viabilização da infraestrutura de transportes, armazenagem e processamento da produção. A sensibilidade das cadeias produtivas ao processo de integração regional não se dá pelos diferenciais de custo de produção nas propriedades agrícolas, mas sim pelo custo final dos produtos agroindustriais nos centros de consumo.

A competitividade do setor não é dada somente pela produção agrícola, mas pelo sistema como um todo, desde a produção e o processamento (que englobam aspectos tecnológicos e ambientais) até a distribuição e o consumo dos bens (onde se dá, de fato, a integração dos mercados). Outros aspectos, como a disponibilidade de informações e o acesso às preferências dos consumidores, também são relevantes.

Para Waquil (2001), apesar da expansão dos mercados, não existe ainda a preocupação conjunta com a utilização ótima dos recursos disponíveis, ou com a coordenação das políticas macroeconômicas. Para o autor falta também uma preocupação com a promoção integrada da tecnologia e com a elevação do padrão de vida dos países participantes.

Waquil (2001, p. 72) ainda coloca outros empecilhos para a integração econômica do setor agrícola:

[...] dificuldade em coordenar políticas setoriais; a ausência de objetivos comuns na formulação de políticas públicas nos países-membros; elevadas assimetrias tributárias; baixos níveis de qualificação de mão-de-obra; altos índices de pobreza rural em determinadas regiões; pouca prioridade para a preservação ambiental; graves deficiências na infraestrutura de transporte e armazenamento

Uma outra consequência da integração econômica foi o crescimento do investimento direto estrangeiro na indústria de alimentos do Mercosul. O potencial de crescimento do mercado atraiu diversos investimentos de multinacionais, e as aquisições, joint ventures e alianças comerciais afetam o ambiente competitivo do Mercosul (FARINA, 2001).

Para Waquil (2001), este processo de novos investimentos aumenta a pressão competitiva, provocando maior concentração no setor agroindustrial, diferenciação de produtos e segmentação dos mercados. Também acarreta uma redução nos preços reais dos produtos agrícolas, a queda de renda e o endividamento do setor agrícola. Para o autor, os produtores familiares são os mais afetados por esta mudança estrutural, principalmente em função da deterioração das políticas públicas para a agricultura e do modelo tecnológico adotado.

A agricultura é a mais importante geradora de divisas para a Argentina, Paraguai e Uruguai nas trocas com o Brasil. Entretanto, as exportações brasileiras de produtos agrícolas para os demais do bloco cresceram mais do que as exportações de outros produtos, entretanto as importações brasileiras de produtos agrícolas cresceram menos do que as dos demais produtos. Neste sentido, se a agricultura brasileira estava em desvantagem comparativa no início das negociações do bloco, teve sua situação melhorada (CARVALHO, 1999⁴ *apud* WAQUIL, 2001).

Nos primeiros anos após a criação do Mercosul, segundo David e Nonnenberg (1997), a abertura comercial aumentou substancialmente as importações de produtos agrícolas. Simultaneamente, a redução de proteção a determinados produtos e de recursos destinados à políticas de preços mínimos e ao crédito agrícola contribuíram para reduzir a área plantada dos principais produtos, sem o aumento correspondente da produção de outros.

Entretanto, para Waquil (2001), apesar de ter havido um aumento nas exportações brasileiras de produtos agropecuários para os países do bloco, o crescimento das importações destes foi ainda maior. Isto acontece porque, em geral, as exportações brasileira para Argentina, Paraguai e Uruguai são de produtos com maior valor agregado, enquanto as importações têm sido concentrada em commodities.

Desde 2002, após o impacto da crise da dívida argentina, os países do Mercosul tem vivido um momento próspero no comércio internacional. O crescimento da demanda chinesa, em conjunto com o aumento dos preços das commodities, tem tido como efeito o aumento da

⁴ CARVALHO, M. Comércio agropecuário brasileiro no Mercosul. **Informações Econômicas**, v.29, n.6, p.7-22, 1999.

participação do setor agrícola nas exportações dos quatro países-membros. Muitas vezes isto é lido de forma negativa, pois isto significaria a tendência dos países do bloco a pautarem suas exportações em mercadorias primárias, deixando suas economias subordinadas aos países industrializados (POCHMANN, 2011).

Essa valorização das commodities no mercado internacional ajudou na recuperação dos quatro sócios do Mercosul após as crises no final da década de noventa e no início da década passada. O aumento dos preços dos produtos agrícolas, como a soja, por exemplo, resultaram em saldos comerciais favoráveis para Argentina e Brasil.

Dentro do Mercosul, reuniões entre os Ministros da Agricultura dos países-membros buscam propor medidas para a harmonização das políticas agrícolas, eliminação das restrições ao comércio intra-bloco e a harmonização da legislação. No entanto estas negociações acabam em segundo plano cada vez que o comércio passa por turbulências causadas pelo cenário econômico internacional.

3.3 A Argentina e seus impactos na economia gaúcha

As regiões que possuem limites de fronteira com seus sócios, em um processo de integração econômica, são as que, de imediato, mais sentem os efeitos de uma ampliação do mercado. Neste sentido, cabe lembrar que o estado do Rio Grande do Sul possui dezenove municípios na fronteira com a Argentina, doze municípios na fronteira com o Uruguai e dois municípios (Uruguaiana e Barra do Quaraí) que fazem fronteira com os dois países.

Desde a criação do bloco econômico, o Rio Grande do Sul tem aumentado o intercâmbio comercial com os demais sócios, mas em especial com a Argentina. De 1991 a 2004 o estado apresentou déficit na Balança Comercial com os demais países do Mercosul. Das suas exportações, 63% tiveram como destino a Argentina; das suas importações, 78% foram de origem deste país (GARCIA; HAJ-OMAR; RÓDENAS, 2006)

Argentina e Rio Grande do Sul possuem diversas semelhanças, que vão desde suas atividades econômicas, até aspectos culturais da população, o que pode significar preferências dos consumidores parecidas. Por isso, a criação do bloco comercial e a substituição da produção interna cara por importações mais baratas dos sócios na zona de integração são objetos de preocupação e interesse, tendo em vista essas similaridades.

3.3.1 Um breve histórico econômico da Argentina

“Desde o fim do século XIX até o início no do século XXI, a Argentina passou por etapas econômicas bem definidas: a fase agroexportadora, a industrialização baseada na substituição de importações e a de abertura, endividamento externo e auge da atividade de rendimentos financeiros que culminou na maior crise da sua história” (RAPOPORT, 2009, p. 27).

A Argentina agro-exportadora era estruturada em uma sociedade na qual a propriedade da terra estava concentrada em um pequeno e poderoso grupo de proprietários fundiários, na qual os capitais externos tinham sua rentabilidade garantida pelo Estado, ou tinham finalidades especulativas, aumentando a dívida externa e desequilibrando o balanço de pagamentos.

Suas relações com a Grã-Bretanha, na qual era responsável pela exportação de alimentos e matérias-primas, e da qual importava bens de capital e produtos manufaturados, caracterizavam uma divisão internacional do trabalho, obedecendo aos paradigmas do liberalismo econômico, com base no livre-comércio.

O modelo agro-exportador entrou em crise no final da década de 1920, junto com a economia internacional, e o país passou por uma etapa de industrialização substitutiva, de 1930 à 1976. Este período pode ser subdividido entre: industrialização “espontânea” (1930 – 1945), industrialização peronista (1946 – 1955) e industrialização “desenvolvimentista” (1955 – 1976). Este período foi marcado pela presença do Estado na economia, na criação do Banco Central e na implementação do controle de câmbio.

A era “peronista” foi marcada pela mudança do processo de industrialização, que visava ampliar o mercado interno, através de uma redistribuição de rendas, de leis sociais e de maior participação do Estado na economia. Neste período foi estabelecido um círculo de transferência setorial de rendas coerente, foram nacionalizados os principais serviços públicos e resgatada a dívida externa (RAPOPORT, 2009).

O regime militar, instalado através do golpe em 1976, diferente daquele instalado no Brasil, representou a volta do poder das oligarquias agrárias, através de um modelo baseado na acumulação de rendimentos e em uma “reprimarização” da economia. A tentativa de restabelecer a antiga divisão internacional do trabalho, o aumento da especulação financeira, os gastos militares e a corrupção, somados aos impactos da segunda crise do petróleo e do fracasso na guerra das Malvinas constituíram o fim do regime militar, e a redemocratização do país, através das eleições presidenciais que elegeram o candidato Raúl Alfonsín.

Entretanto, o legado deixado pelos militares limitava as ações do novo governo. No âmbito econômico, não foi possível evitar os problemas gerados pelo endividamento externo, estagnação econômica e um processo hiperinflacionário, que acabou derrubando o governo. Segundo Rapoport (2009, p. 45): “O avanço mais significativo em política exterior desde o início dos anos 80 foi a aproximação com o Brasil, que permitiu lançar as bases do Mercosul.”

A década de 1990, pautada pelo processo de globalização financeira e pela expansão dos mercados especulativos marcou a ascensão de Carlos Menem no poder. Apesar do discurso populista durante sua campanha eleitoral, a política econômica de Menem alinhou-se aos postulados do Consenso de Washington e seguiu os conselhos do FMI e de outras instituições financeiras internacionais.

Entretanto a perda do peso da Argentina nas estratégias internacionais brasileiras foi perceptível, e a relação foi sustentada pelas forças da vizinhança geográfica e pelos interesses de empresas vinculadas à expansão da integração regional. Durante a década de 1990 o objetivo era utilizar o mercado regional para potencializar as vantagens comparativas, e assim promover a inserção das economias no contexto mundial.

Os resultados sociais e políticos para o país foram catastróficos, e a crise econômica de 2001 – 2002 foi inevitável. O calote da dívida (*default*) e a desvalorização do peso argentino, acompanhados de uma série de curtos governos, compuseram o cenário para as eleições de Nestor Kirchner, em 2003. De 2003 a 2007 o PIB aumentou expressivamente, com avanço do setor industrial e das exportações, acompanhados pela queda do desemprego e pela redução dos níveis de pobreza.

As reservas internacionais aumentaram notavelmente, impulsionadas pelo aumento dos preços dos produtos exportáveis (commodities), pela desvalorização da moeda e pelo crescimento da demanda mundial. Um novo processo de industrialização, baseado na demanda interna, teve início, ajudado pela capacidade produtiva disponível.

Atualmente o processo inflacionário, mesmo que moderado, tem sido tema de preocupações, principalmente por não tratar-se somente de excesso de demanda, mas também por consistir na existência de fatores oligopólicos (RAPOPORT, 2009).

Quanto ao cenário internacional, o país adotou uma nova orientação, voltando-se novamente pra a América Latina, principalmente nos esforços para aprofundar, ampliar e institucionalizar o Mercosul e o processo de integração sul-americano, ainda que atualmente exista contradições entre os desenvolvimentos nacionais e a integração regional

3.3.2 As relações comerciais entre Argentina e Rio Grande do Sul

A criação do Mercosul trouxe uma rápida transformação no comércio entre os países do bloco, com crescimentos elevados das taxas de trocas entre os sócios durante a década de 1990, até as crises econômicas, no final da década, que atingiram principalmente Argentina e Brasil, que concentram a maior parcela do comércio regional.

O crescimento das exportações gaúchas para os países do bloco revelam a importância que o acordo tem na economia do Rio Grande do Sul. Durante a década de 1990 as exportações gaúchas para os países do Mercosul cresceram a taxas maiores do que as exportações para o restante do mundo, bem como houve o aumento da participação no estado no total das exportações brasileiras para os países-membros.

A integração econômica no Cone Sul teve como consequência também a transformação estratégica da economia do estado. Empresas gaúchas, que antes tinham como foco o mercado estadual ou nacional, passaram a fazer investimentos a nível internacional. A posição geográfica privilegiada (bem próxima dos vizinhos platinos) proporcionou a oportunidade para indústrias estratégicas investirem neste mercado, em especial a indústria de máquinas agrícolas, indústria automotiva e indústria petroquímica.

Outro aspecto fundamental é que as negociações entre os mercados estratégicos para o Rio Grande do Sul, como os Estados Unidos e a União Européia, são facilitados pela existência do bloco, restringindo as barreiras impostas aos produtos da pauta de exportação gaúcha, como calçados, carne de frango e bovina e fumo.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Rio Grande do Sul tem na Argentina um dos seus maiores parceiros comerciais. Desde a criação do Mercosul, o país tem sido o segundo maior destino das exportações gaúchas, e a maior origem das importações. O interessante neste caso é observar que, apesar de Rio Grande do Sul e Argentina possuírem estruturas produtivas parecidas, principalmente em relação à agricultura, as trocas comerciais são principalmente de produtos industrializados.

O maior impacto da aproximação econômica do país platino se dá em âmbito nacional. As exportações do estado, principalmente as exportações do setor agrícola, para o restante do Brasil, sofrem o impacto dos preços mais baixos dos produtos argentinos. Isso se dá não somente porque a produção argentina é mais eficiente, mas principalmente por barreiras impostas internamente no mercado nacional, como dificuldades de transporte, logística e impostos entre os estados.

Sendo assim, a criação do bloco, e principalmente a integração das economias brasileira e argentina, causa opiniões ambíguas quanto aos seus impactos na economia gaúcha. De um lado, os produtores agrícolas do estado estão perdendo espaço no mercado nacional para os produtos argentinos, mais baratos; visto de outra ótica, existe um o ganho para a indústria, que tem como os países vizinhos, e principalmente a Argentina, um destino para seus produtos e seus investimentos.

4 ANÁLISE DE DADOS DO MERCADO DE ERVA-MATE DE 1991 – 2010

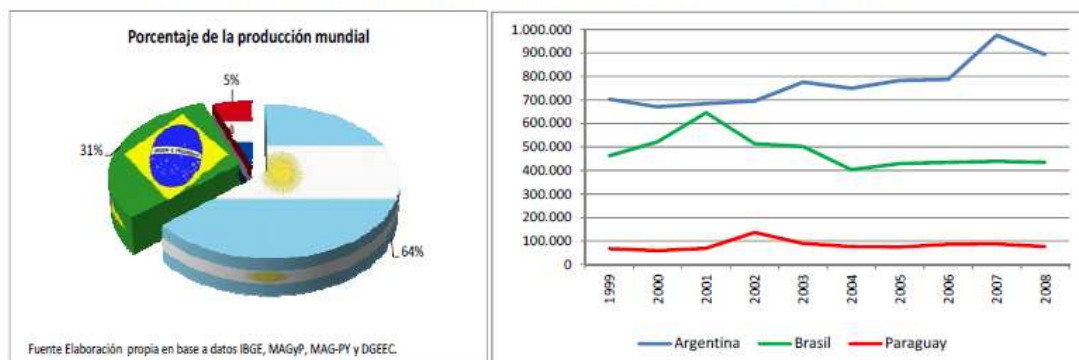
Neste capítulo iremos analisar os dados referentes à produção e ao comércio internacional de erva-mate desde a criação do Mercosul, em março de 1991, com o Tratado de Assunção. Para isso utilizaremos valores da Produção Agrícola Municipal, disponibilizados pelo Instituto Brasileira de Geografia (IGBE – PAM), dados adquiridos através do Instituto Nacional de la Yerba Mate (INYM), e valores disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através do portal do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb), além de trabalhos publicados pelo Setor de Assessoria Técnica da Secretaria do Mercosul.

4.1 A Produção

O Mercosul é a única região produtora de erva-mate no mundo. O total produzido de erva-mate cancheada gira em torno de 1,4 milhões de toneladas por ano, sendo a Argentina a maior produtora, com 64% do total, o Brasil o segundo maior, com 31%, e o Paraguai responsável por 5% da produção mundial.

A produção argentina de erva-mate apresenta uma tendência crescente, distanciando-se, nos últimos anos, das produções brasileira e paraguaia. Quanto ao Brasil, nos últimos anos houve um retrocesso, e a produção que antes representava 46% do total mundial, atualmente fica em torno de 31%.

Figura 4 - Produção de erva-mate (folha verde) (ton)



Fonte: Mercosur (2010)

A produção de erva-mate, nos três países, é concentrada principalmente em pequenas propriedades. Na Argentina mais de 65% dessas propriedades tem menos de 30 hectares, no Brasil 80% da produção provém de propriedades de até 20 hectares, e no Paraguai 79% dos produtores tem áreas inferiores a 20 hectares. A mão de obra utilizada é, principalmente no Brasil e no Paraguai, familiar (MERCOSUR, 2010).

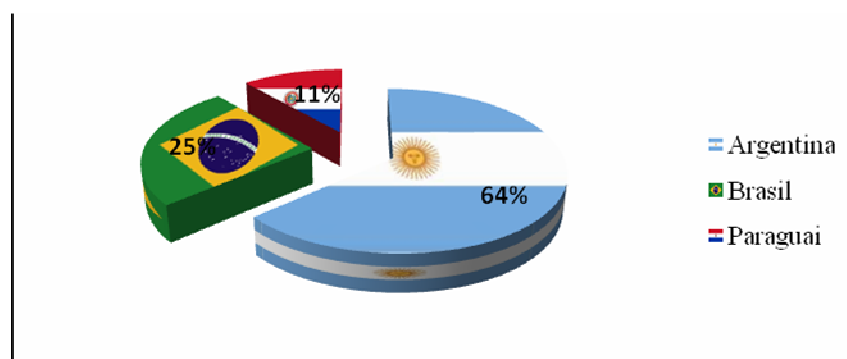
Tabela 9- Total de área plantada de erva-mate (hectares)

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Argentina	178.000	176.400	175.100	156.050	160.950	166.100	171.500	177.000	180.000
Brasil	69.029	84.009	79.616	84.438	74.800	76.101	78.633	74.526	71.217
Paraguai	31.609	32.804	34.713	31.118	28.006	27.350	30.480	32.000	32.000
Total Mercosul	278.638	293.213	289.429	271.606	263.756	269.551	280.613	283.526	283.217

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados Mercosur, 2010

Figura 5 - Total de área plantada de erva-mate em 2008 (hectares)



Fonte: Criação própria (2012).

Nota: Dados coletados a partir de Mercosur (2010)

A área total plantada de erva-mate em 2008 foi de mais de 283 mil hectares, com rendimento médio de 5.500 quilogramas por hectare, para Argentina e Brasil, e em torno de 2.700 quilogramas por hectare no caso do Paraguai (MERCOSUR, 2010).

4.1.1 A Produção na Argentina

No ano de 2011 foram produzidas mais de 684.763 toneladas de erva-mate, numa área superior a 207 mil hectares segundo dados do Instituto Nacional de la Yerba Mate (INYM).

Os ervais argentinos encontram-se na totalidade da província de Misiones e no nordeste da província de Corrientes, mais precisamente nos departamentos de Santo Tomé e

Ituzaingó. Segundo estudos agrônômicos da região, as condições de solo e meteorológicas permitiriam alcançar uma produção potencial de um milhão de toneladas por ano.

A província de Misiones detém 86% da produção nacional total, enquanto Corrientes produz os 14% restantes. Segundo De Bernardi (2002)⁵ *apud* MERCOSUR (2010), a produção agrícola na província de Misiones teve um crescimento relevante desde o fim da década de 1980, mas foi um crescimento desordenado, sem cuidados com a sustentabilidade do sistema de produção, e por isso, as unidades produtivas possuem rendimentos díspares. Na província de Misiones, a grande maioria das propriedades produtoras de erva-mate tem menos de 30 hectares de extensão.

Na província de Corrientes o desenvolvimento da produção se deu de forma diferente. Os ervais que cumpriram seus ciclos foram substituídos por novos, de melhor qualidade, em sincronia com o crescimento da demanda industrial. Estas disparidades produtivas explicam a diferença que corresponde a quase 50% dos rendimentos entre os ervais de Misiones e de Corrientes. Ao contrário da província vizinha, apesar da pequena propriedade ainda ser bastante encontrada, em Corrientes existem também grandes propriedades agrícolas produtoras de erva-mate.

No que diz respeito ao desenvolvimento de instituições de apoio à produção ervateira, em 2002 foi criado o Instituto Nacional de La Yerba Mate (INYM), a partir de ações de produtores que buscavam alcançar um acordo de preços mínimos para a matéria-prima (com a desregulamentação econômica da década de 1990, a indústria ervateira argentina ficou altamente concentrada, diminuindo o poder de negociação entre produtores e indústria).

Segundo Mercosur (2010, p.45) objetivo da criação do INYM está baseado em:

[...]promover, fomentar y fortalecer El desarrollo de la producción, elaboración, industrialización, comercialización y consumo de la yerba mate y sus derivados en las diversas modalidades de usos y consumo, procurando lograr la sustentabilidad de todos los sectores involucrados con la actividad (trabajadores rurales, productores, secaderos, industriales) en conjunción con las cadenas de distribuidores y los consumidores, diseñando y ejecutando programas que mejoren la competitividad del sector.

Entretanto, o Instituto possui um caráter muito regulatório, sendo o responsável por promover o equilíbrio entre oferta e demanda, e, se necessário limitar a oferta de matéria-

⁵ DE BERNARDI. L. **Análisis de la cadena de la Yerba Mate**. Dirección Nacional de Alimentación – Dirección de Industria Alimentaria, 2002. Mimeo.

prima, e também fixando semestralmente o preço mínimo da matéria-prima que deve ser pago aos produtores.

4.1.2 A Produção no Paraguai

O menor produtor de erva-mate, o Paraguai, é responsável por aproximadamente 5% da produção total, segundo dados do Mercosul, e, possui a menor produtividade por hectare plantado. Sua produção média por ano é de 82 mil toneladas de erva-mate.

A área plantada de erva-mate no Paraguai é em torno de 30 mil hectares, e a maior parte de sua produção está concentrada nos departamentos de Itapúa e Guairá e, em menor quantidade, nos departamentos de Alto Paraná e de San Pedro. O país tem um pouco mais nove mil propriedades rurais produtoras de erva-mate (um declínio de 54,3% do número total de propriedades no ano de 1991), e destas, 79% possuem menos de 20 hectares.

O declínio da produção em alguns departamentos, como, por exemplo, no de Canindeyú, que antes era o segundo departamento com maior produção e hoje caiu para a sexta colocação, está mais relacionado ao desempenho do cultivo do que à diminuição de área plantada.

Tabela 10 - Quantidade produzida de erva-mate por departamento (ton)

Departamento	2004	2005	2006	2008
Itapúa	45.850	45.480	52.500	47.993
Guairá	2.588	2.510	2.600	15.773
Alto Paraná	1.340	1.360	1.360	6.001
San Pedro	1.834	1.830	5.270	2.186
Caazapá	6.771	5.414	5.200	1.891
Canindeyú	13.500	12.500	13.000	1.385

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de Mercosur (2010)

Diferente da Argentina, o Paraguai não possui um órgão regulador da produção de erva-mate, e o preço é estabelecido no mercado, conforme a oferta e a demanda do produto.

4.1.3 A Produção no Brasil

O Brasil é o segundo maior produtor de erva-mate, sendo responsável por aproximadamente 425 mil toneladas de folha produzida (IBGE, 2010). A produção está

concentrada nos três estados da região sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e em menor quantidade no estado do Mato Grosso do Sul.

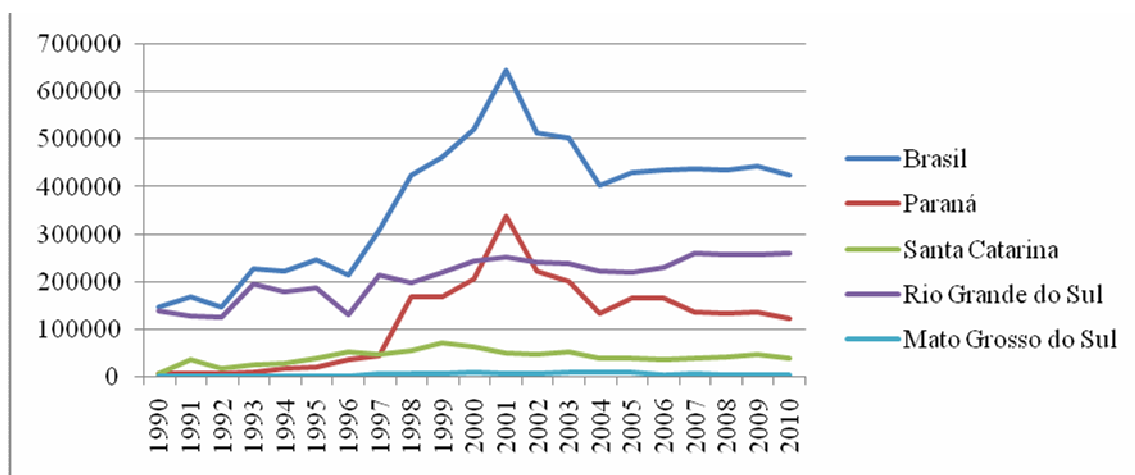
Além da produção agrícola, o Brasil ainda é responsável por aproximadamente 227 mil toneladas de erva-mate produzida na extração vegetal, concentrada principalmente no estado do Paraná.

Existe um debate no bloco quanto a qualidade da erva-mate produzida na produção agrícola (ao sol) e daquela produzida na extração vegetal (à sombra), a qual os técnicos brasileiros acreditam ter mais atributos.

Segundo dados do Mercosul (2010), desde o ano 2002 a produção de erva-mate no país apresenta um retrocesso. Em 2001 o Brasil era responsável por 46% da produção mundial, hoje temos por volta de 30% do total.

O Rio Grande do Sul atualmente é o maior produtor, seguido por Paraná e em seguida Santa Catarina. O estado do Mato Grosso do Sul não apresenta uma produção relevante, e a área plantada não é constante, apresentando aumento ou redução conforme a demanda externa da matéria-prima.

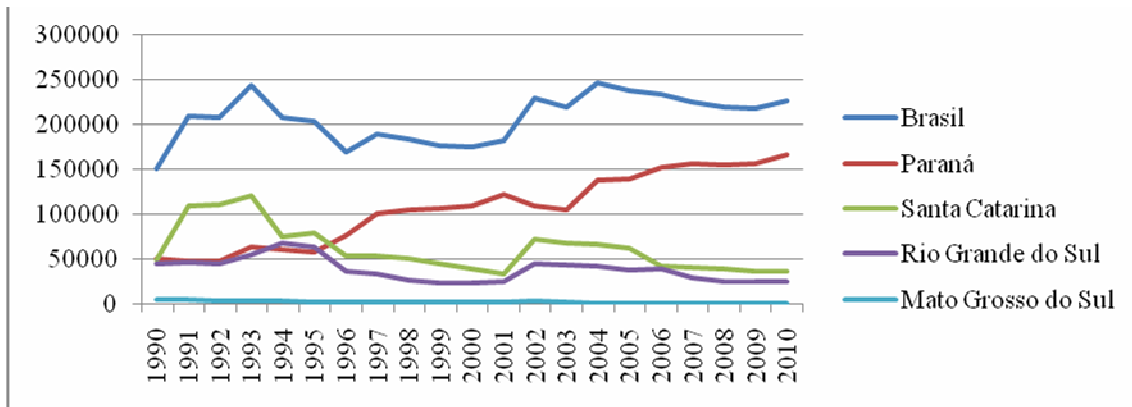
Figura 6 - Quantidade produzida de erva-mate (ton)



Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados do IBGE Produção Agrícola Municipal (2010)

Quanto à produção na extração vegetal, a situação se inverte, e o Rio Grande do Sul, dos três estados da região sul, é o que apresenta menor quantidade produzida. O Paraná corresponde atualmente a mais de 70% do total produzido através da extração.

Figura 7 - Quantidade de erva-mate produzida na extração vegetal (ton)

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados do IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2010)

Diferente da Argentina, o Brasil não possui um órgão regulador da erva-mate, e fica por conta do Ministério da Agricultura e das Secretarias da Agricultura de cada estado controlar e monitorar a produção. Quanto ao desenvolvimento de estudos, transferência de conhecimento e a promoção da erva-mate, o Instituto Agrônomo do Paraná, as universidades e centros de estudo assumem este papel.

Assim como o Paraguai, e diferente da Argentina, o preço médio do quilograma de folha verde de erva-mate é produto de um processo livre de negociação entre produtores e indústria.

4.2 Comércio Internacional

A partir de 1996, os membros do Mercosul passaram a utilizar a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH).

O setor da erva-mate encontra-se no capítulo 09 (Café, chá, mate e especiarias), da NCM. Este capítulo do trabalho utiliza dados comerciais de subposição de seis dígitos: 09.03.00 (mate), que engloba as transações com todos os tipos de erva-mate (desde a folha verde até a industrializada). Os produtos que incluem a erva-mate como apenas um dos ingredientes, estão no item 21.01.2020 (extratos, essências e concentrados de mate) e apenas serão mencionados no trabalho.

4.2.1 Importação

O consumo de erva-mate nos países-membros do Mercosul é muito alto, por isso, em média, somente 10 a 15% das produções nacionais são exportadas. Entretanto, o Uruguai, o maior consumidor per capita do produto, não produz a planta. Justamente por isso, o Uruguai é o maior importador de erva-mate no bloco, apesar dos quatro países importarem a planta.

O Paraguai, mesmo sendo o menor produtor, é também o que menos importa erva-mate. A Argentina, o maior produtor, importa o produto, no entanto de quantidades pequenas. O Brasil também importa erva-mate, em média sete vezes mais do que a Argentina, porém bem menos do que o Uruguai.

Tabela 11 - Importações (US\$ FOB)

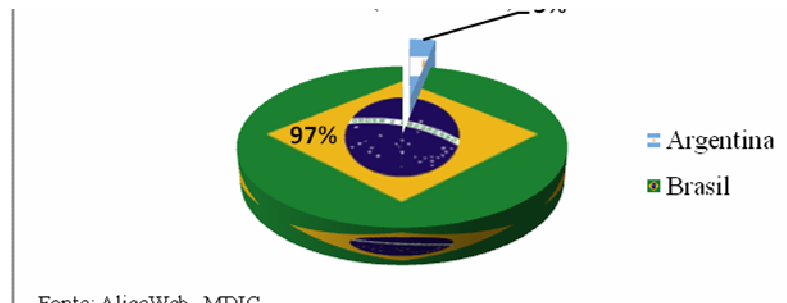
Período	Brasil	Uruguai	Argentina	Paraguai
2007	2.788.899	33.514.347	421.893	115.976
2008	2.559.203	45.153.068	365.689	131.788
2009	2.185.067	42.406.104	305.110	41.820
2010	4.090.929	48.120.000	572.802	102.938
2011	2.933.526	31.812.677	383.932	66.194

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de AliceWeb (MDIC)

O Uruguai importa erva-mate dos três demais sócios do bloco, porém as importações de origem paraguaia são irrelevantes, e as importações brasileiras foram próximas à totalidade do ano de 2010.

Figura 8 - Importações de erva-mate no Uruguai em 2010 (US\$ FOB)



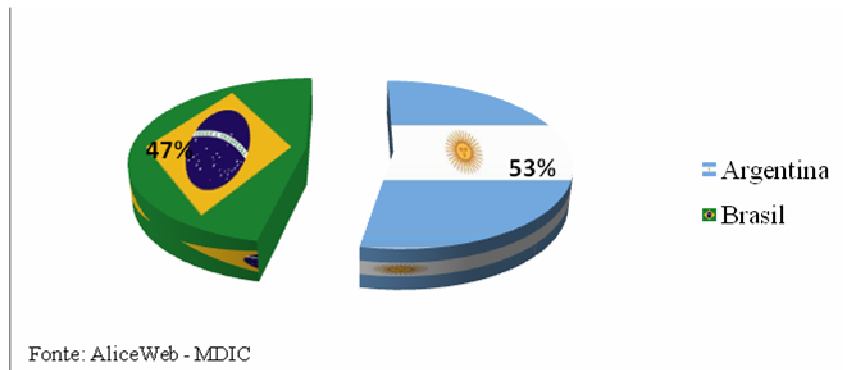
Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de AliceWeb (2012)

Quanto ao Paraguai, no ano de 2011 as importações, apesar da pequena quantidade, foram diversificadas, ficando bem divididas entre o produto brasileiro e o produto argentino. Historicamente o Paraguai importa erva-mate da Argentina, isso pode ser em função da

proximidade física (as províncias Misiones e Corrientes, produtoras de erva-mate na Argentina, estão na fronteira com o Paraguai), ou ainda em função da erva-mate argentina ser mais barata do que a brasileira.

Figura 9 - Importações de erva-mate no Paraguai em 2011 (US\$ FOB)



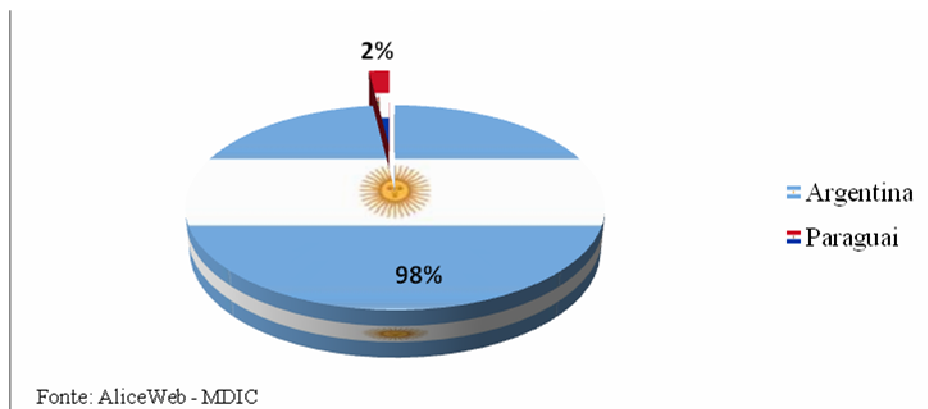
Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de AliceWeb (2012)

Quanto às importações de erva-mate na Argentina, ela é majoritariamente de origem brasileira, mais de 99% do produto importado é do Brasil.

No caso brasileiro, a origem dessas importações é, em sua maioria, a Argentina, ainda que o Paraguai detenha uma pequena porcentagem.

Figura 10 - Importações brasileiras de erva-mate em 2011 (US\$ FOB)



Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de AliceWeb (2012)

Em 1995, com a abertura comercial prevista no Plano Real e a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no Mercosul, houve um aumento considerável da importação de erva-mate no Brasil, tanto da Argentina quanto do Paraguai. Em 1999, com a desvalorização do real, e a primeira crise no país desde a implementação do plano, a quantidade importada

contraí bruscamente, e somente a partir de 2007 começa a retomar algum crescimento, ainda que nada próximo ao patamar de meados da década de 1990.

Tabela 12 - Importações brasileiras de erva-mate (US\$ FOB)

Período	ARGENTINA		PARAGUAI		URUGUAI	
	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
1991	83.500	121.840	0	0	0	0
1992	998.450	1.487.000	0	0	0	0
1993	2.875.666	3.774.226	0	0	0	0
1994	3.381.572	4.454.500	0	0	0	0
1995	10.511.620	15.802.116	69.504	95.000	0	0
1996	10.442.121	19.294.587	1.400	1.000	0	0
1997	8.822.755	18.512.010	30.170	13.900	0	0
1998	6.123.161	14.816.631	13.327	8.833	0	0
1999	3.110.342	9.766.569	0	0	0	0
2000	3.667.761	13.154.901	0	0	0	0
2001	3.485.718	12.459.399	0	0	0	0
2002	1.550.246	11.674.174	0	0	0	0
2003	850.115	7.603.760	0	0	0	0
2004	710.953	2.784.409	0	0	0	0
2005	770.887	2.219.490	2.560	2.000	0	0
2006	1.574.491	3.793.005	0	0	0	0
2007	2.784.389	5.835.060	4.510	3.500	0	0
2008	2.537.412	4.582.144	21.791	15.000	0	0
2009	2.146.422	3.301.662	38.645	28.500	0	0
2010	4.021.969	5.630.870	68.960	45.600	0	0
2011	2.870.511	3.114.242	57.015	35.455	6.000	3.000

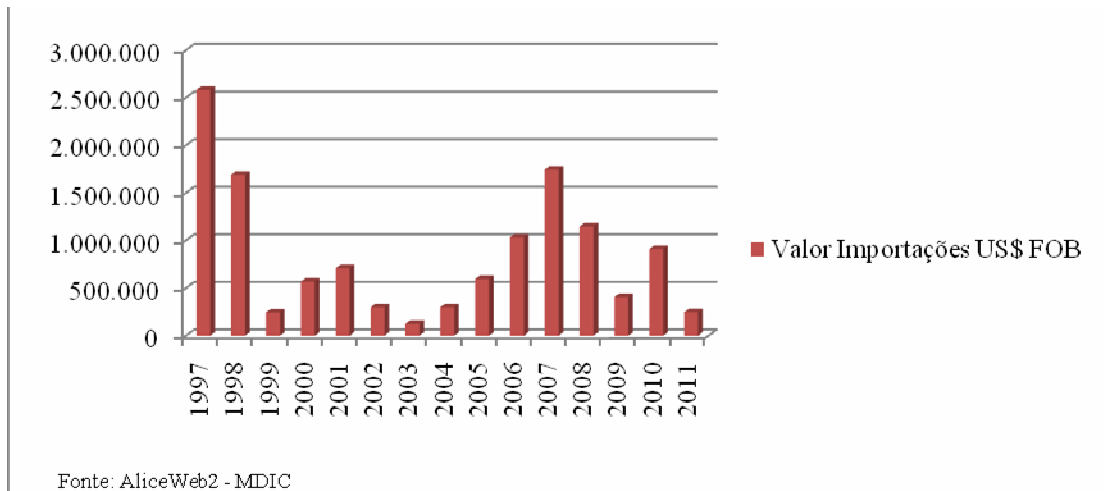
Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de AliceWeb (2012)

Uma grande parte das importações de erva-mate tem como destino o Rio Grande do Sul, mesmo sendo o maior produtor da planta no país. Segundo Antoni (1999), o consumo de erva-mate no estado pode ser comparado ao consumo uruguaio. Um dado importante é que a importação para o Rio Grande do Sul é de origem argentina, e em grande parte, de erva-mate cancheada.

Uma das barreiras à importação do produto argentino é o sabor, caracteristicamente mais forte, que contraria a preferência do consumidor gaúcho. Uma alternativa encontrada pelas indústrias ervateiras é a adição de açúcar, mas ainda assim o produto não teria a mesma aceitação entre os consumidores do Rio Grande do Sul.

Figura 11 - Variação das importações de erva-mate para o RS (US\$ FOB)



Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de AliceWeb (2012)

4.2.2 Exportação

O montante exportado de erva-mate e seus derivados no Mercosul chega a aproximadamente US\$80 milhões, e deste valor, 95% corresponde ao item 09.0300.90, “as demais”, na Nomenclatura Comum do Mercosul. Este item corresponde basicamente à erva-mate moída fina e/ou empacotada. Os demais 5% correspondem a erva-mate simplesmente cancheada, ou seja, erva-mate moída a granel, antes do processo industrial.

Figura 12 - Divisão das exportações de erva-mate no Mercosul por item do NCM (média de 2007 - 2009) (%)

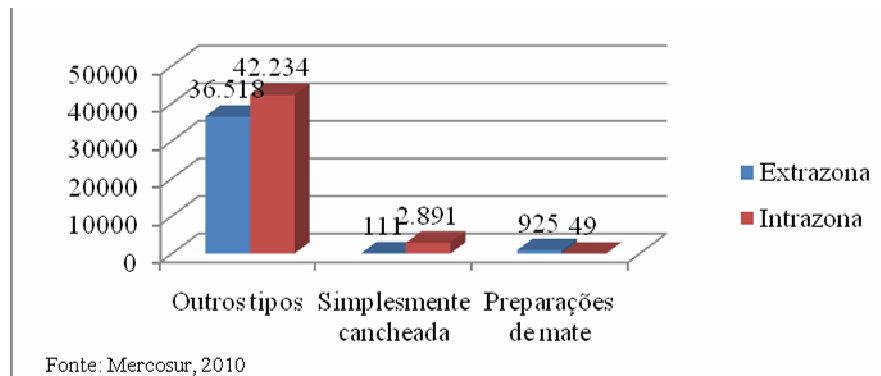


Fonte: Mercosur (2010)

Em relação aos destinos destas exportações, as proporções variam segundo o tipo de produto.

As exportações de erva-mate cancheada se destinam, majoritariamente, ao mercado intrarregional (por volta de 94% do total). As preparações derivadas da erva-mate têm como maior destino o mercado extrazona (em média 95%). Por fim, a erva-mate *envasada* ou empacotada, para o uso como chimarrão, tem proporções mais equilibradas, pois por volta de 53% se exporta ao mercado intrarregional, e 47% aos mercados externos.

Figura 13 - Exportações de erva-mate do Mercosul 2007 - 2009 (US\$ mil)



Fonte: criação própria (2012)

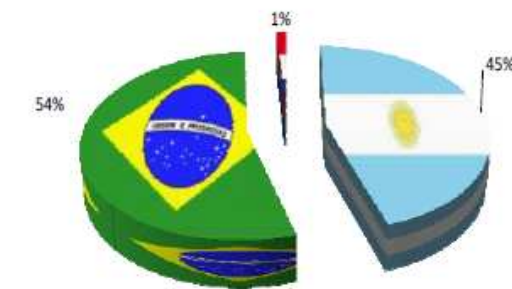
Nota: dados coletados de Mercosur (2010)

Essas proporções se explicam, em grande parte, pelo fato do Mercosul ter o monopólio da produção de folha verde de erva-mate e de erva-mate cancheada.

No caso da erva-mate industrializada (empacotada), o Uruguai, que é o maior consumidor per capita do mate, não é produtor da planta, é o destino de quase a totalidade das exportações intrarregionais.

Argentina e Brasil dividem quase que totalmente o volume das exportações de erva-mate, conforme gráfico abaixo. Essas porcentagens incluem tanto o mercado intrarregional quanto as exportações extrazona.

Figura 14 - Origem das exportações de erva-mate (%)



Fuente: SG de la ALADI

Fonte: Mercosur, 2010

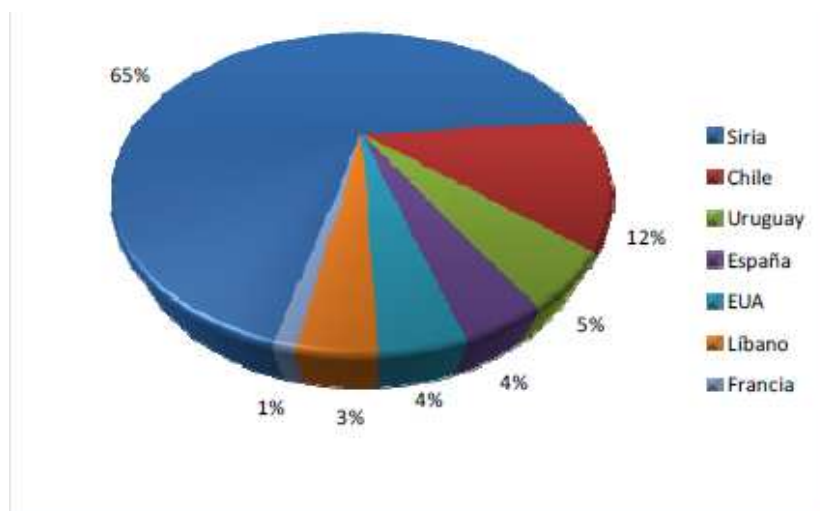
Como foi mencionado anteriormente, o Uruguai é o maior destino das exportações de erva-mate, em 2010 foi responsável pelo consumo de mais de US\$ 46 milhões, sendo que destes, mais de US\$ 45 milhões foram de erva-mate industrializada, quase toda de origem brasileira (mais de US\$44 milhões), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Brasil praticamente não exporta erva-mate cancheada.

Quanto às exportações da Argentina para o mercado regional, estas consistem principalmente em erva-mate cancheada, e tem como principal destino o mercado brasileiro, e em proporção bem menor, o Uruguai. Também exportam, em menor quantidade, erva-mate moída ou empacotada, e neste caso, basicamente para o mercado uruguaio.

O Paraguai não exporta quantidades relevantes de erva-mate para o mercado intrarregional.

Grande parte das exportações argentinas de erva-mate tem como destino mercados extrazona, e correspondem principalmente à erva-mate industrializada, e são, aproximadamente, 85% do total das exportações de erva-mate da Argentina (MERCOSUR, 2010). O principal mercado para estes produtos é a República Árabe da Síria, que importa cerca de US\$ 20 milhões do produto argentino.

Figura 15 - Destinos das exportações de erva-mate da Argentina (%)

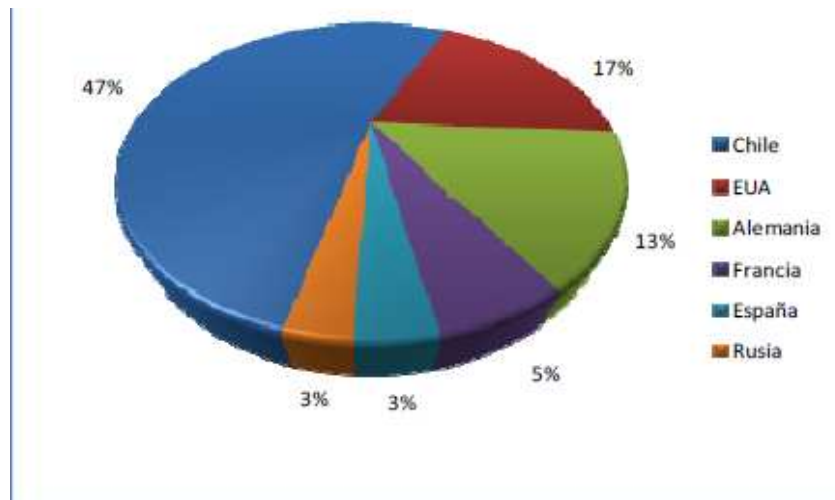


Fonte: Mercosur, 2010

Diferente da Argentina, a maior parte das exportações brasileiras se destinam ao mercado intrarregional, principalmente o Uruguai, e as exportações extrazona correspondem a aproximadamente 11% do total, e são praticamente somente de erva-mate industrializada (95%) e de produtos derivados da planta.

Os principais destinos fora do bloco das exportações brasileiras são o Chile, os Estados Unidos e a Alemanha.

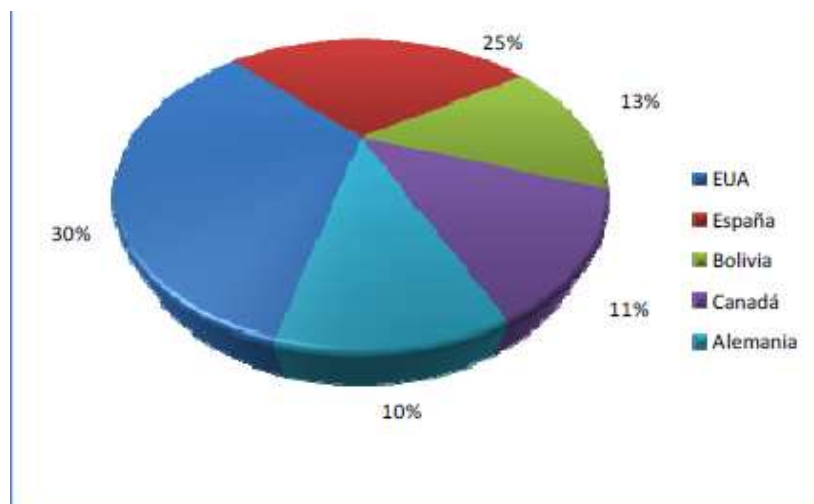
Figura 16 - Destino extrazona das exportações de erva-mate do Brasil (%)



Fonte: Mercosur, 2010

No caso do Paraguai, as suas exportações se destinam, quase que exclusivamente, ao mercado extrazona, e correspondem, principalmente à erva-mate industrializada. Vale ressaltar que a exportação total de erva-ate do país não alcança um milhão de dólares por ano.

Figura 17 - Destino extrazona das exportações de erva-mate do Paraguai (%)



Fonte: Mercosur, 2010

Quanto às exportações de erva-mate do Rio Grande do Sul, dentro do Mercosul seu maior destino é o Uruguai, ainda que a Argentina tenha alguma relevância.

Alguns países fora do bloco também são destino das exportações gaúchas, principalmente Chile, Espanha, Estados Unidos, Bélgica e Alemanha, sendo que o Chile é o segundo maior destino da erva-mate gaúcha (após o Uruguai).

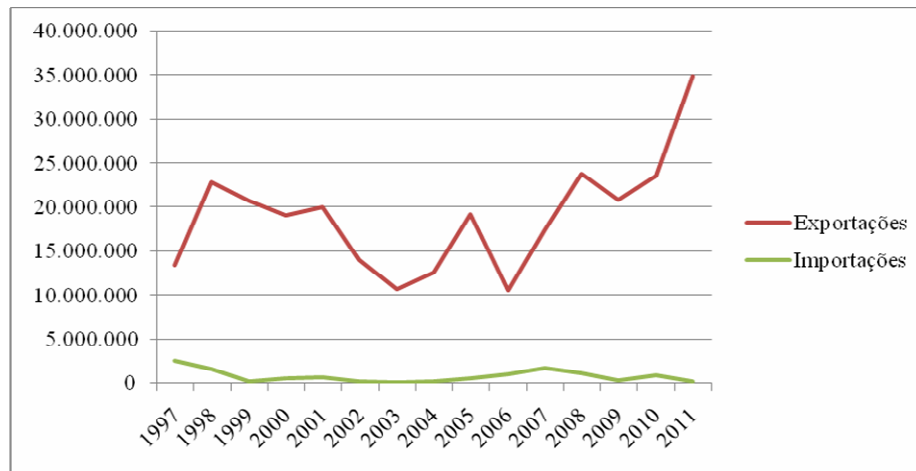
Tabela 13- Exportações de erva-mate do RS para o Mercosul

Período	Argentina		Uruguai		Paraguai	
	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
1997	188.960	98.000	13.258.036	9.529.776	0	0
1998	413.870	234.000	22.518.050	16.473.215	0	0
1999	369.910	204.000	20.411.569	15.782.413	0	0
2000	517.320	288.000	18.640.631	15.586.816	941	413
2001	354.774	206.500	19.731.484	17.733.800	0	0
2002	0	0	14.054.277	16.314.359	1.240	910
2003	0	0	10.784.806	17.383.779	0	0
2004	22.361	24.390	12.630.327	19.559.980	0	0
2005	52.272	48.660	19.240.674	22.381.352	0	0
2006	188.925	146.100	10.485.288	11.036.701	0	0
2007	252.224	170.550	17.238.548	14.752.466	0	0
2008	254.935	144.930	23.623.112	15.917.227	0	0
2009	250.736	145.620	20.687.672	14.531.158	0	0
2010	425.497	226.590	23.160.752	14.795.425	0	0
2011	207.072	96.000	34.679.106	19.450.766	4.311	1.750

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados de AliceWeb (2012)

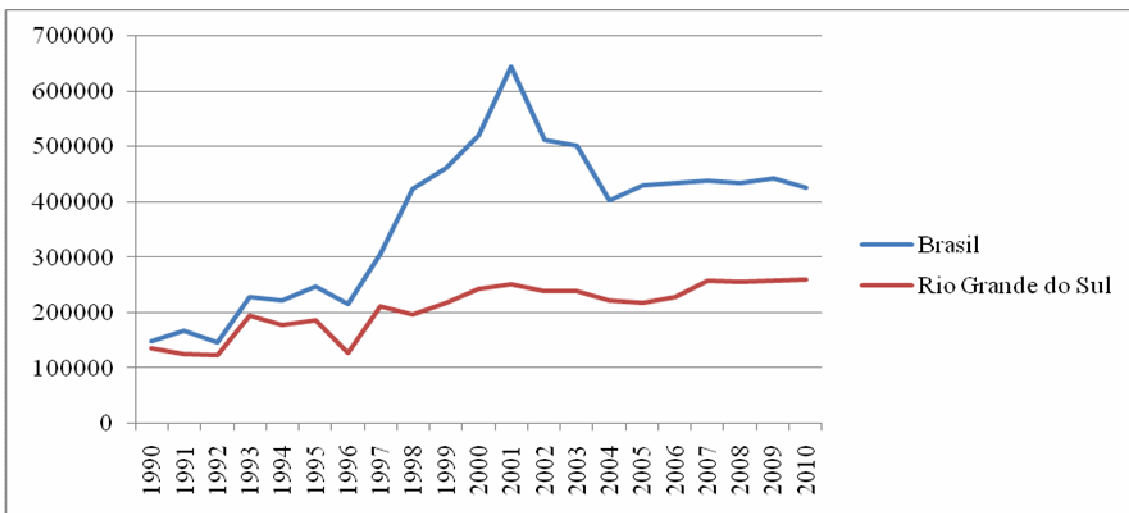
As importações de erva-mate no estado são muito inferiores às exportações, e as primeiras, de origem argentina, são principalmente de erva-mate cancheada, ou seja, de matéria prima para a indústria ervateira, enquanto as exportações, nos últimos cinco anos, segundo o MDIC, foram somente de erva-mate industrializada, com um valor agregado maior.

Figura 18 - Exportações x Importações de erva-mate no Rio Grande do Sul (US\$ FOB)

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados da AliceWeb (2012)

Os dados coletados do IBGE também demonstram que a produção, tanto nacional quanto estadual, teve variações significativas após a criação do bloco econômico, entretanto, essas variações aparentam ter diminuído bastante após a mudança da política cambial brasileira entre 1998 e 1999.

Figura 19 - Produção de erva-mate cancheada (ton)

Fonte: criação própria (2012)

Nota: dados coletados do IBGE Produção Agrícola Municipal (2012)

A produção de erva-mate no Rio Grande do Sul atualmente tem tido pequenas variações, nos últimos anos, apesar do aumento significativo das exportações, em especial em 2011. A possível falta de matéria prima, defendida por alguns autores, pode estar sendo suprida pela produção dos demais estados brasileiros, já que as importações variaram pouco nos últimos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi analisar, através de uma releitura histórica e de uma base de dados quantitativa, quais os impactos causados pela criação do Mercosul para a produção e para o comércio da erva-mate no estado do Rio Grande do Sul.

A revisão da literatura existente sobre o comércio da erva-mate na bacia do prata demonstrou que a importância deste produto para a região não se detém somente ao símbolo cultural, mas sim a um mercado complexo, de importância econômica e social relevantes para a região. Através dessa releitura observamos o desenvolvimento do setor ervateiro para cada um dos países-membros do Mercosul, ou seja, as razões pelas quais a Argentina possui hoje a maior produção de erva-mate, e porque esta mesma produção apresenta um retrocesso significativo no Paraguai.

No caso brasileiro, uma análise estadual da produção foi necessária para identificar as diferenças entre as produções do estado do Rio Grande do Sul e de estado do Paraná, que durante o período analisado se revezam como maior produtor nacional. Esta análise também se fez necessária para percebermos que a produção gaúcha de erva-mate passou, nos últimos vinte anos, por mudanças relevantes, em períodos bem específicos, e que desde a segunda metade da década passada encontra-se relativamente estagnada.

Os dados quantitativos demonstram que a hipótese inicial, de que a entrada da erva-mate argentina, produzida em maior escala, com características mais empresariais, no mercado brasileiro teria afetado o nível de preços e conseqüentemente da produção, pode estar equivocada, pois a importação do produto argentino se dá em uma quantidade relativamente pequena, e muitas vezes, segundo a bibliografia consultada, acontece para suprir a falta da matéria-prima no mercado interno.

Também podemos observar que a ausência de tarifas facilitou a entrada da erva-mate industrializada do Rio Grande do Sul no Uruguai, e por conta destas transações, ainda que a produção argentina seja maior, o Brasil é o maior exportador de erva-mate.

É importante salientar também que a erva-mate gaúcha, nos últimos cinco anos, segundo dados do MDIC, só foi exportada em sua forma industrializada, ou seja, com maior valor agregado, enquanto as importações de erva-mate, maior parte de origem argentina, foram majoritariamente de erva-mate cancheada, ou seja, de matéria prima. Outra importante observação é a diferença significativa entre os valores das exportações e das importações. O estado exporta uma quantidade bem maior do que importa.

Afirmar, entretanto, que a criação do Mercosul não teve impacto algum neste mercado seria um equívoco. As variações das exportações, principalmente, ocorrem de forma mais brusca, e algumas se dão em datas de acontecimentos significativos para os demais países-membros do bloco. Um exemplo pode ser observado entre os anos de 2001 e 2002, nos quais a queda brusca nas exportações está relacionada à crise argentina, refletida na economia do Uruguai.

No âmbito das importações, uma variação significativa pode ser observada entre 1997 e 1999, ano da crise brasileira, e da desvalorização do real. A queda das importações não foi completamente recuperada desde então. Em 2007 as importações alcançaram valores mais altos, mas distantes daqueles do ano de 1997, provavelmente em função da valorização da moeda nacional.

Balcewicz (2000) argumentava que a desregulamentação do setor ervateiro argentino, assim como o crescimento das relações comerciais entre Argentina e Brasil, alteravam a oferta e o produto internamente. O autor ainda defendia que o excedente da oferta do produto argentino provocava a redução dos preços locais, causando perdas aos produtores gaúchos, que não conseguiam competir com a erva-mate mais barata da Argentina.

Essa afirmação não pode ser considerada errônea, ou falsa, pois a criação do Instituto Nacional de la Yerba Mate (INYM), na Argentina, responsável pela fixação dos preços pagos aos produtores rurais, e pelo controle da quantidade produzida, só se deu no ano de 2002. Ainda àquela época, os dados obtidos pelo autor datavam de um período em que a moeda nacional, o Real, estava ancorada ao dólar, ou seja, muito valorizada.

Este período inicial da integração econômica, que se deu na assinatura do Tratado de Assunção, e segundo Almeida (2011b), entrou em crise no ano de 1999, teve bastante impacto na produção de erva-mate no Brasil, e também no Rio Grande do Sul. As variações negativas logo no início da década de 1990, período da criação do Mercosul, e do ano de 1995, seguido da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), e da criação do Plano Real, ambos em 1994, demonstram que a produção regional de erva-mate também sofreu impactos externos. Entretanto, desde o início da década de 2000, as variações na produção são pequenas, o que pode demonstrar uma estabilidade do mercado consumidor (tanto nacional quanto internacional).

A conclusão principal deste trabalho é que a criação do Mercosul teve sim um impacto na produção de erva-mate, não somente pela “queda” de barreiras ou pela criação de uma Tarifa Externa Comum, mas principalmente por não ter objetivos e ações bem definidas enquanto tentativa de integração econômica. Ações unilaterais, entraves burocráticos e a

existência de uma dependência internacional, principalmente por parte dos dois menores sócios, acabam refletindo o cenário econômico externo ao bloco, e afetando o comércio da erva-mate, que é muito regional e tem um forte caráter cultural.

Os impactos de crises nacionais foram sentidos nas economias do bloco, e também no mercado da erva-mate. A maior autonomia da economia brasileira pode ter sido positiva neste aspecto, entretanto ela vai contra as premissas da integração regional. O crescimento econômico dos países vizinhos e o aumento do poder de compra do consumidor dos demais sócios podem trazer impactos positivos para todos os mercados, não somente o da erva-mate.

Outra conclusão importante é que houve um crescimento, embora ainda pouco definido, da produção e do comércio de erva-mate no Rio Grande do Sul. Uma hipótese a ser estudada é a de que este crescimento está relacionado principalmente a um esforço por parte de instituições, produtores e indústrias locais para divulgação do produto.

O incentivo do uso da erva-mate como componente de novos produtos, tanto do setor alimentício quanto de outros setores, como, por exemplo, de produtos de higiene a saúde, também tem um forte impacto na divulgação da planta.

A criação de uma rota turística, a afirmação do chimarrão como elemento essencial na cultura do gaúcho e os estudos mais recentes quanto aos benefícios da erva-mate podem ser listados como incentivadores ao crescimento da produção e do comércio.

Alguns aspectos limitaram a análise proposta pelo trabalho. A mudança na classificação dos produtos comercializados no mercado internacional em 1997, com a criação da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) tem como consequência alguns desencontros de informações entre os períodos. Ainda a existência de um grande mercado informal de erva-mate, tanto em forma de folha verde, quanto industrializada, pode causar distorções, e dificulta mensurar os impactos para o produtor rural.

Alguns aspectos não mencionados neste trabalho poderiam ampliar o conhecimento sobre o setor ervateiro gaúcho, como uma ótica da cadeia de produção, na qual a base da cadeia, os agricultores, é bastante segmentada, e o topo, os varejistas, bastante concentrada, poderia ampliar os resultados deste estudo.

Os efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na produção de erva-mate também podem ser analisados em trabalhos futuros. Assim como novas segmentações que surgiram recentemente, como o comércio da erva-mate orgânica, e toda a estrutura produtiva que envolve esse novo produto, assim como um estudo do mercado que este produto pode atingir (o mercado de produtos orgânicos pode ser bastante promissor, principalmente no comércio com países da Europa).

Também a possibilidade de inserção de outros produtos, derivados de erva-mate, no comércio nacional e internacional. O aumento do consumo de chá mate no sudeste do país e o incentivo ao uso de produtos de higiene relacionados à fauna brasileira já apresentam a possibilidade de ampliação destes mercados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. Uma história do Mercosul: desvio dos objetivos primordiais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 120, p.114-119, maio 2011b.

_____. Uma história do Mercosul (1): do nascimento à crise. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 7, n. 119, p.106 – 114, abr. 2011a.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9 n. 26, p.1-15, jun. 2008.

ANTONI, V. L. A estrutura competitiva da indústria ervateira do Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 7, n. 120, p. 49-68, 1999.

_____. **A estrutura competitiva da indústria ervateira do Rio Grande do Sul**. 1995. 100p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia e Administração – Universidade de Passo Fundo, Porto Alegre, 1995.

BALCEWICZ, L. C. **A Competitividade da cultura da erva-mate, num contexto de integração econômica, no Mercosul**. 2000. 119 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais Economia e Política Florestal) – Setor de Ciências Agrárias - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. **Total GDP 2010**. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em: 18 abr. 2012.

BAUMANN, R. **Mercosul aos vinte anos: uma avaliação econômica**. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para discussão, n. 1627).

BAUMANN, R.; MUSSI, C. **Mercosul: então e agora**. Brasília: CEPAL, 2006.

BONDARIK, R. KOVALESKI, J. L. PILATTI, L.A. A Produção de Erva-Mate e a Iniciação Industrial do Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO 19, Ponta Grossa. **Anais**. 2006.

BRASIL. AliceWeb 2. Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior. **Importações 1997-2011**. Disponível em: www.aliceweb2.mdic.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. AliceWeb 2. Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior. **Exportações 1997-2011**. Disponível em: www.aliceweb2.mdic.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. AliceWeb 2. Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior. **Exportações 1991-1996**. Disponível em: www.aliceweb2.mdic.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. AliceWeb 2. Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior. **Importações 1997-2011**. Disponível em: www.aliceweb2.mdic.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. AliceWeb. Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior. **Exportações 2007-2011**. Disponível em: www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. AliceWeb. Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior. **Importações 2007-2011**. Disponível em: www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

DAVID, M. B.; NONNENBERG, M. J. **Mercosul**: a integração regional e o comércio de produtos agrícolas. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão n. 494)

DRI, E. **La Integración del MERCOSUR**: Análisis del Proceso de Negociación del Tratado de Asunción. Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales, 2008.

FARINA, E. M. M. Q. Chalanges for Brazil's Food Industry in the Context of Globalization and Mercosur Consolidation. **International Food and Agribusiness Management Review**. São Paulo, v. 2 n.3, p. 315-330, Apr. 2001.

FRITZ, L. F. A importância do estado na evolução da agricultura no planalto médio do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA 4. Porto Alegre. **Anais**. 2008.

GARCIA, C. B. HAJ-OMAR, J. H. RÓDENAS, M. D. C. Efeitos da economia argentina na economia do Rio Grande do Sul sob o abrigo do Mercosul: estudo empírico de criação e desvio de comércio. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 34, n. 2. 2006. p.115-126.

GONÇALVES, S. S.; OLIVEIRA, I. T. M.; SOUZA, A. M. **Integrando desiguais**: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. (Texto para discussão n. 1477).

GOULARTI, A. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. **Diálogos**. Maringá, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan. – abr. 2012.

HERRLEIN, R. A economia Gaúcha e suas relações externas- 1889-1930. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.22, n. 2, p. 172-202, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 mar.2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 mar.2012.

JABOINSKI, N. J. **Avaliação da Eficiência Produtiva da Cultura da Erva-Mate no Alto Uruguai Gaúcho Através da Utilização de um Diagrama de Causa e Efeito** Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

KUME, H.; PIANI G. Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 25, n. 4, p. 370-390, 2005.

Lilian.maciel@ufrgs.br

MERCOSUR. Sector de Asesoría Técnica – Secretaría Del Mercosur. **Estudio Sobre Integración productiva: Análisis Sectorial – El Caso de La Yerba Mate**. Mercosur. 2010. 60 p.

NEUBERGER, L. A economia gaúcha no séc. XX. In: FLORES, H A. H. **RS Século XX em retrospectiva**. Porto Alegre: Ediplat, 2001. p 47-58. (Círculo de Pesquisas Literárias).

POCHMANN, M. Mercosul em questão. 8 dez. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/1128916>. Acesso em: 13 abr. 2012.

QUEIROZ, P. R. C. **A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882 – 1949): notas preliminares** (artigo para pós-doutoramento em História). UFF. Rio de Janeiro. 2009. 19 p.

RAPOPORT, M. Argentina: economia e política internacional. **Diplomacia, Estratégia & Política**. Brasília, v. 6, n.10, p.27-51, 2009.

RIBEIRO, A. S.; CRUZ, A. T.; URIAS, V. C. O agronegócio da erva-mate: um grande potencial sul-mato-grossense a ser explorado. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA – USP 7, São Paulo. **Anais**. 2004.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 16, n.1 p. 105 – 129, 1995.

SILVA, P. R. **Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-1980**. 2001. 198 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

STORTI, A. T. **Alianças Estratégicas voltadas para o mercado internacional nas Empresas do Pólo Ervateiro do Norte do RS**. 2002. 136p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Escola de Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Erechim, 2002.

VEGRO, C. L. R. Mercado da erva-mate no Brasil: História, situação e perspectivas. **Informações Econômicas**. SP, v. 24, n. 12, 1994.

WAQUIL, P. D. Globalização, Formação de Blocos Regionais e Implicações para o Mercado Agrícola no Mercosul. **Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 3-15, mar. 1997.

_____. O setor agrícola nos dez anos do Mercosul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 71-81, mar. 2001.